



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIX - Nº 88

TERÇA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 1994

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 - ATA DA 93ª SESSÃO, EM 1º DE AGOSTO DE 1994

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Mensagens do Presidente da República

Nº 270, de 1994 (nº 569/94, na origem), de 26 de julho último, comunicando o recebimento das Mensagens nºs 150 a 152 e 154, de 1994.

Nºs 271 e 272, de 1994 (nºs 576 e 584/94, na origem), restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados.

1.2.2 - Aviso do Ministro da Fazenda

Nº 1.154/94, de 26 de julho último, comunicando que deixa de prestar as informações solicitadas através do Requerimento nº 492, de 1994, do Senador Eduardo Suplicy, tendo em vista tratar-se de matéria de competência da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República.

1.2.3 - Ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 217/94, de 20 de julho último, comunicando que aquela Casa decidiu pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 420, de 1989 (nº 78/91, naquela Casa), de autoria do Senador Carlos De'Carli que institui o Dia Nacional de Preservação da Amazônia.

1.2.4 - Comunicações

Do Senador Hydekél Freitas, desistindo da licença solicitada através do Requerimento nº 572/94.

Do Senador Márcio Lacerda, referente a sua ausência do País, no período de 24 a 27 do corrente mês.

Do Senador Affonso Camargo, referente a sua ausência do País, no próximo dia 31 de julho.

Do Senador Hydekél Freitas, referente a sua ausência do País, no período de 16/7 a 10/8 do corrente.

1.2.5 - Requerimentos

Nº 595/94, de autoria do Senador José Eduardo, solicitando a retirada do Requerimento nº 589/94. **Deferido.**

Nº 596/94, de autoria do Senador José Eduardo, solicitando que seja considerado, como licença autorizada, o período de 1º a 5 de agosto. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.2.6 - Discurso do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA - Solenidade do lançamento das bases do programa de governo do candidato Fernando Henrique Cardoso.

1.2.7 - Comunicações da Presidência

- Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 556, de 25 de julho de 1994, que dispõe sobre a vinculação da Fundação Osório, e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a sua tramitação.

- Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 557, de 26 de julho de 1994, que altera a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a sua tramitação.

- Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 558, de 26 de julho de 1994, que dispõe sobre a assunção, pela União, de crédito da Export Development Corporation - EDC e de debêntures emitidas pela Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A., bem como sobre a utilização de créditos da União junto à Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a sua tramitação.

- Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 559, de 26 de julho de 1994, que Organiza e Disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a sua tramitação.

- Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 560, de 26 de julho de 1994, que dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor Público Civil Ativo dos Poderes da União, das Autarquias e das Fundações Públicas, e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a sua tramitação.

1.2.8 - Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR JOSAPHAT MARINHO - Advertência ao Governo no sentido da adoção de medida para assegurar a estabiliza-

EXPEDIENTE
Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral _____ R\$ 23,53

Tiragem: 800 exemplares

ção dos preços.

SENADOR MAURÍCIO CORRÊA – Comemoração do 1º mês de vigência da implantação do Real.

SENADOR MARCO MACIEL – Defesa do aproveitamento da fibra de coco na fabricação de bancos e estofados de veículos nacionais.

1.2.9 – Comunicações da Presidência

Dispensa da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos do art. 174, do Regimento Interno.

Término do prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Lei da Câmara nºs 11 e 58, de 1994 (nºs 2.777 e 2.581/92, na Casa de origem), sendo que aos mesmos não foram oferecidas emendas.

1.2.10 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

2 – ENCERRAMENTO

3 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 273 a 279, de 1994

4 – ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO

Nº 3, de 1994

5 – ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 97, de 1994

6 – ORDEM DE SERVIÇO DO DIRETOR-GERAL

Nº 1, de 1994

7 – MESA DIRETORA

8 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

TES

Ata da 93ª Sessão, em 1º de agosto de 1994

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Lourival Baptista, Meira Filho e Ronaldo Aragão

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Alexandre Costa – João França – Josaphat Marinho – Lourival Baptista – Marco Maciel – Ronaldo Aragão – Valmir Campello.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) – A lista de presença acusa o comparecimento de 7 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 270, de 1994 (nº 569/94, na origem), de 26 de julho último, comunicando o recebimento das Mensagens SM nºs 150 a 152 e 154, de 1994.

Restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados:

– Nº 271, de 1994 (nº 576/94, na origem), de 27 de julho último,

referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 185, de 1993 (nº 2.398/91, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, prescrevendo sanção a ser aplicada em caso de descumprimento do disposto no caput do referido artigo, sancionado e transformado na Lei nº 8.923, de 27 de julho de 1994; e

– Nº 272, de 1994 (nº 584/94, na origem), de 29 de julho último, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 156, de 1993 (nº 4.372/93, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Marco Maciel, que renova o prazo de que trata o § 6º do art. 2º do Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, introduzido pela Lei nº 8.396, de 2 de janeiro de 1992, para a instalação de Zonas de Processamento de Exportações já existentes, sancionado e transformado na Lei nº 8.924, de 29 de julho de 1994.

AVISO

DO MINISTRO DA FAZENDA

Nº 1.154/94, de 26 de julho último, comunicando que deixa de prestar as informações solicitadas através do Requerimento nº 492, de 1994, do Senador Eduardo Suplicy, tendo em vista tratar-se de matéria de competência da Secretaria de Planejamento, Or-

gamento e Coordenação da Presidência da República.

A Comunicação foi encaminhada em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

OFÍCIO

DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 217/94, de 20 de julho último, comunicando que aquela Casa decidiu pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 420, de 1989 (nº 78/91, naquela Casa), de autoria do Senador Carlos De-
Carli que institui o Dia Nacional de Preservação da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, mensagens presidenciais que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes

COMUNICAÇÕES

Exmo. Sr.

Senador Humberto Lucena
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Hydekel Freitas, Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, vem comunicar a V. Exª que, de acordo com o § 3º do art. 43, desiste da liderança solicitada através do Requerimento nº 572/94.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1994. – Senador **Hydekel Freitas**.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 39, alínea a, do Regimento Interno, comunico a V. Exª que, devidamente autorizado pelo Senado, me ausentarei do País, no período de 24 a 27 do corrente mês, com destino a La Paz, Bolívia, integrando comitiva do Senhor Ministro das Minas e Energia.

Sala das Sessões, 22 de julho de 1994. – Senador **Márcio Lacerda**.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 39, a, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que me ausentarei do País no próximo dia 31 de julho, em viagem de caráter particular, com destino à República do Paraguai.

Sala das Sessões, 29 de julho de 1994. – Senador **Afonso Camargo**.

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª, nos termos do art. 39, alínea a do Regimento Interno do Senado Federal que me ausentarei do País a partir de amanhã, dia 16, com destino aos Estados Unidos da América, onde tenciono permanecer até o dia 10 de agosto.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1994. – Senador **Hydekel Freitas**.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) – As comunicações lidas vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 595, DE 1994

Nos termos do art. 256, alínea b, do Regimento Interno, requero a retirada do Requerimento nº 589, de 1994, onde solicito seja considerado como licença autorizada o período mencionado, de 25 a 29 do corrente mês.

Sala das Sessões, 29 de julho de 1994. – Senador **José Eduardo**.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) – O requerimento lido é deferido pela Presidência.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 596, DE 1994

Requeiro, nos termos do § 1º do art. 13 do Regimento Interno, que seja considerada como licença autorizada a minha ausência aos trabalhos da Casa no período de 1º a 5 de agosto de 1994, quando, estarei no interior do meu Estado, o Paraná, realizando contatos político-partidários.

Sala das Sessões, 29 de julho de 1994. – Senador **José Eduardo**.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) – A votação do requerimento fica adiada por falta de **quorum**.

O Sr. Lourival Baptista, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ronaldo Aragão.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Aragão) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL – SE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, participei, na última quinta-feira, dia 28 de julho de 1994, no Memorial JK, do lançamento das bases de uma proposta de governo formulada pelo Senador Fernando Henrique Cardoso como candidato à Presidência da República.

Durante essa reunião no auditório do Memorial, perante um público seleto, que transbordou o recinto, e num clima de grande expectativa e entusiasmo, ouviu-se do Senador Fernando Henrique Cardoso as linhas gerais da sua proposta de governo como candidato, constantes de um texto intitulado **O Real e o Sonho**.

Nesse importante documento, Sr. Presidente, o ilustre Senador analisa a situação do País, sua conjuntura social, econômica e política, as dificuldades e perspectivas do momento atual, as nossas imensas potencialidades, e posiciona uma estratégia de governo para sairmos da crise atual e encontrarmos os caminhos para o progresso e o desenvolvimento.

Lembrou, em sua exposição, que a iniciativa básica para se recuperar a economia – pré-requisito indispensável para qualquer plano de governo, é dar um fim à inflação, garantindo-se a estabilidade da moeda e condições de eficiência do setor público e da economia, objetivo que antes já houvera sido tentado sete vezes e fracassado pelos mais diversos motivos, entre eles algumas adversidades conjunturais.

Entretanto, agora, com o Plano Real em vigor e com a sua implantação gradual, corrigidas, com as experiências já acumuladas, as imperfeições dos planos anteriores, o nosso País se encontra em uma situação mais favorável para que esse plano venha a ter sucesso. Por exemplo: a economia está crescendo à taxa de 4% a 5% ao ano; as indústrias dispõem de capacidade ociosa, podendo reagir a pressões de demanda sem riscos de desabastecimento; tivemos, neste ano, a maior safra agrícola da nossa história: 76 milhões de toneladas de grãos; temos mais de 40 bilhões de dólares em divisas, que, além de lastrear a nova moeda, permitem as importações necessárias à política de manutenção de preços baixos, e a questão da dívida externa, enquanto esta é equacionada com a renegociação realizada.

Afirmo que, em função do real, alcançaremos a estabilidade sem confisco, sem congelamento, sem choque e com muitos bene-

fícios para as faixas mais carentes da população.

A sua proposta de plano de governo elege cinco metas prioritárias a serem realizadas: Emprego, Educação, Saúde, Agricultura e Segurança, pontos fundamentais para se iniciar o resgate de uma imensa dívida social do País para com o povo.

Pretende-se, com esse programa, um modelo economicamente sustentado, um modelo ambientalmente sustentável, um modelo da participação ativa da vida internacional e um modelo de justiça social, onde o direito à vida com dignidade seja uma garantia de todos.

Como desafio mais urgente, o Senador Fernando Henrique situou o combate à miséria e à fome. Para tanto, será necessário a mobilização de todos os instrumentos de ação social. A reforma do Estado e a recuperação de sua capacidade de investimento são outros desafios que se impõem com urgência.

O conjunto de medidas constantes dessa proposta, conforme exposição feita pelo eminente Senador, irá contribuir para aperfeiçoar as relações do Estado com a sociedade e com o sistema internacional, criando as condições necessárias para o nosso progresso, para o nosso desenvolvimento social, econômico e político.

Sr. Presidente, ouvi a exposição do Senador Fernando Henrique Cardoso, precedida por alocução feita pela Vice-Governadora do Distrito Federal, Márcia Kubitschek, em que exaltou o entusiasmo e a confiança do seu pai. Depois, detive-me na leitura de documentos sobre os quais faço este comentário no plenário do Senado, manifestando minha esperança e minha crença de que, certamente, com a sua implantação definitiva, teremos um Brasil melhor, mais justo e mais desenvolvido.

Desta tribuna, quero cumprimentar o eminente Senador Fernando Henrique Cardoso pela proficiência com que diagnosticou as nossas dificuldades, fixou as metas prioritárias de seu programa de governo e transmitiu-nos, com otimismo – ao grande público presente, a mim, ao Governador João Alves Filho e ao Senador Albano Franco, que interrompeu sua campanha eleitoral em Sergipe para assistir a esse importante evento –, a garantia de resultados extraordinários em benefício da Nação brasileira.

O Sr. Josaphat Marinho – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA – Com prazer, eminente Senador e grande Líder Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho – Nobre Senador Lourival Baptista, V. Exª procede, com muita oportunidade, na análise que faz do esboço de programa ou de plano lançado pelo Senador e candidato à Presidência da República Fernando Henrique Cardoso. Sem dúvida, o documento oferecido à Nação contém muito de louvável, mas admito que se possa até divergir de alguns dos seus pontos. De qualquer modo, o que me parece mais relevante é a circunstância de um candidato à Presidência da República julgar-se no dever de expor à Nação os pontos fundamentais de suas idéias, que constituirão, se eleito, as bases do seu plano de ação. No momento em que os candidatos estão se preocupando com as críticas uns aos outros – o que não interessa à Nação –, o candidato Fernando Henrique Cardoso sai da rotina da política rasteira para um campo mais alto, o de apreciação dos problemas e das questões que interessam à Nação. Permita-me salientar este aspecto, sem entrar ainda nos pormenores do documento, e assinalar a grande vantagem para a Nação de sua apresentação. É um testemunho de respeito à opinião nacional, que quer saber dos candidatos o que pensam sobre as graves questões que atormentam a Nação antes de se preocuparem com críticas uns aos outros.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA – Muito grato, eminente Senador Josaphat Marinho, pelo seu aparte, que, com o brilho da sua inteligência e com o seu saber, veio enriquecer o meu discurso. Conheço V. Exª há muitos anos e acompanho a sua vida política

na vizinho Estado da Bahia, o qual V. Exª representa com dignidade nesta Casa.

Finalizando, Sr. Presidente, peço a transcrição, com o meu pronunciamento, da síntese do plano de governo do candidato Fernando Henrique Cardoso, constante do discurso que pronunciou no último dia 28 de julho no Memorial JK, intitulado "O Real e o Sonho".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

O REAL E O SONHO

*Discurso de Fernando Henrique Cardoso
no Memorial Juscelino Kubitschek,
em 28 de julho de 1994*

É com entusiasmo que compareço ao memorial em que homenageamos Juscelino para lançar as bases de minha proposta de governo, uma proposta para transformar o sonho de hoje no real de amanhã. Reconheço a vitalidade das idéias de Juscelino e, a exemplo de todos os brasileiros, lamento que sua extraordinária ação de estadista, o marco do Brasil moderno, tenha ficado incompleta.

Juscelino teve a ousadia e a coragem de propor um Brasil novo. Quando chegou à Presidência da República, o País vivia grave crise política e as perspectivas econômicas eram sombrias. O modelo de desenvolvimento, ainda sustentado pela agricultura, mostrava seus limites em um mundo que se industrializava rapidamente. O Brasil parecia condenado a repetir-se em impasses políticos e propostas econômicas já ultrapassadas pela História.

Hoje, Juscelino é uma unanimidade. Soube governar com sentido democrático por compreender que, em uma sociedade complexa como a brasileira, a tolerância e o trabalho permanente de aproximar forças divergentes são os únicos caminhos para fazer com que a política cumpra seu objetivo maior: servir ao bem público. Juscelino foi, essencialmente, um articulador de consensos, um homem de ação, de resultados.

O governo Juscelino coincide com o aprofundamento da democracia; a própria dinâmica nova do desenvolvimento transformou a sociedade, trazendo à cena atores, como os sindicatos modernos. Em poucos momentos de sua história, o povo brasileiro foi tão criativo nas artes, na música, no cinema, na literatura, como no período inaugurado por Juscelino Kubitschek.

Alcançou o que poucos estadistas conseguem: criar uma nova identidade nacional.

Neste momento, estamos diante de desafios tão ou mais importantes quanto os enfrentados por Juscelino. A crise brasileira tem natureza diferente da que ocorria nos anos cinquenta. Hoje, o universo da política é mais complexo. Forças sociais, mais diversas e ativas, influenciam diretamente os processos de decisão. A economia, de base industrial, conviveu, até pouco tempo, de forma viciada, com a inflação. O peso da dívida social tornou-se revolvente.

O sistema internacional transformou-se e, agora, numa economia globalizada, a competição é determinada, principalmente, pelas conquistas científicas e tecnológicas. Teremos de avançar – e muito – na reforma da educação brasileira e nos estímulos à ciência e tecnologia, para que o País tenha condições de forjar um novo modelo de desenvolvimento, que gere empregos, impulse inadiáveis transformações sociais e alcance presença significativa na economia mundial.

Para atender às aspirações nacionais e populares, a inserção

do Brasil no sistema produtivo internacional requer um Estado reformado, capaz de abrir-se eficazmente às reivindicações e aos anseios da população, especialmente dos mais pobres, que vivem uma cidadania incompleta, mas cujas necessidades devem estar no centro das preocupações nacionais.

Não são pequenos os desafios. Porém, se soubermos unir as forças sociais em um projeto efetivamente democrático, que combine desenvolvimento com justiça social, surgirá um Brasil renovado.

Como em 1955, as próximas eleições presidenciais abrem uma perspectiva de grandes transformações.

Estas eleições terão um sentido histórico raro. Não somente pela grandiosidade do exercício democrático. São mais de cem milhões de eleitores a preencher 1.654 cargos. São mais de 30.000 candidatos. Estará em jogo, também, o destino do Brasil. Precisaremos incorporar a extraordinária experiência política dos últimos anos, desde as frustrações até as manifestações vivas da cidadania. Aprendemos que a vontade, sem a capacidade de articulação, gera frustrações. Aprendemos que a honestidade, a probidade, o equilíbrio, a maturidade, o espírito de servir ao povo são condições necessárias para o exercício de funções públicas.

Estas eleições colocam o futuro do Brasil em causa. Que país teremos? Temos o direito – mais do que isto, a obrigação – de eleger aqueles que optem por transformações, ao mesmo tempo, profundas e realistas, para que construamos com segurança um Brasil moderno, justo e próspero.

Fui e sou um homem que acredita na força transformadora das idéias. Para ganhar força política, as idéias devem ter clareza, consistência, realismo e sentido de futuro. A democracia cumpre sua vocação, quando os interesses se convertem em idéias e passam a disputar os corações e as mentes dos eleitores. Sem demagogia, sem o populismo inconsequente, que vende ilusões a troco de votos.

Depois de anos de inflação, corrupção e recessão, agora temos o direito de sonhar, de não admitir os limites de um Brasil ainda injusto, de contrastes sociais inaceitáveis. O sonho aponta o futuro, mas é o conhecimento objetivo da realidade que aponta os caminhos do possível.

1. O REAL

A crise.

Desde o início da década passada, estivemos mergulhados na mais devastadora crise econômica e social deste século.

Nossa economia deixou de gerar empregos produtivos, a inflação minou o poder de compra dos salários, especialmente, dos brasileiros de menor renda. O governo perdeu a capacidade de formular e executar as políticas necessárias para melhorar a saúde e a educação do povo e dar-lhe segurança. Aumentaram muito as diferenças entre ricos e pobres; cresceram o desemprego e, principalmente, o subemprego na economia informal. A miséria e a fome tornaram-se vergonha para toda a Nação. A violência e a insegurança tornaram-se parte do nosso cotidiano. Violência que atinge o pobre da periferia, a criança, a mãe de família.

Nos últimos anos, se já tínhamos razões de revolta por causa da miséria crescente, passamos a sentir, também, indignação, quando se revelaram escândalos e roubos de proporções inimagináveis, envolvendo dirigentes no Executivo, no Legislativo, no Judiciário e no setor privado.

Essa revolta e a indignação foram os sentimentos que nos moveram, a mim e a tantos outros, a colaborar com o Presidente Itamar Franco, desde o primeiro momento, numa tarefa que parecia impossível: reconstruir a dignidade da vida pública e orientar o governo para o seu papel de servir ao povo.

Apesar da situação altamente insatisfatória que observamos, em muitos aspectos da vida nacional, temos, hoje, um país melhor de que há dois anos. Conquistamos as condições para fazer uma *mudança profunda e já demos os primeiros passos*. Mas resta um longo caminho para construirmos uma sociedade melhor e mais justa.

O ponto de partida para a reconstrução da sociedade teria de ser, naturalmente, a reorientação da nossa economia.

A crise brasileira está relacionada com problemas financeiros, especialmente, os ligados ao setor externo. De um lado, a dívida, que teve um crescimento explosivo, devido à elevação sem precedentes das taxas de juros, no mercado, internacional, na primeira metade dos anos oitenta. De outro, uma situação fortemente adversa, no comércio internacional, consequência da multiplicação de práticas protecionistas. A queda de preços de matérias-primas, durante a maior parte da década passada, afetou as receitas de exportação, a *renda nacional e a oferta de empregos*. Esse quadro foi agravado pela perda de competitividade de setores de nossa indústria, que cederam faixas de mercado para países de industrialização recente, justamente, aqueles que investiram, maciçamente, em educação, ciência e tecnologia, abrindo-se ao comércio internacional.

A dívida externa alimentou a dívida interna e as duas juntas concorreram para exaurir a capacidade financeira do setor público, até o ponto de tornar praticamente impossível o exercício de governar. Não se governa com um estado falido.

Por si só, essa situação teria sérias consequências, em qualquer país do mundo, com efeitos muito perversos. A crise limitou, drasticamente, a capacidade do setor público de expandir suas receitas, *no mesmo ritmo das demandas sociais, que passaram a se acumular em volume crescente*. O governo deixou de cumprir, mesmo em padrões mínimos, suas funções essenciais, na área social e na própria manutenção da lei e da ordem pública.

Agravando este cenário, o setor público foi paralisado por pressões cumulativas sobre recursos minguantes, pelo clientelismo, pela apropriação privada dos espaços governamentais e pelo fenômeno novo do corporativismo em áreas da máquina estatal. Juntos, embora muitas vezes em campos políticos opostos, estes interesses acabaram por comprometer ainda mais a frágil capacidade de atuar do Estado brasileiro: a própria capacidade de governar.

A inflação agrava o conflito distributivo, aguçando as tensões setoriais. Cada segmento da economia passa a ver somente seus interesses de curto prazo.

A iniciativa básica para recuperar a economia, que é o fim da inflação e a estabilidade da moeda, garantindo as condições de eficiência do setor público e da economia, foi tentada sete vezes e sete vezes fracassou.

Por trás da desorganização do Estado e das dificuldades da economia, que a inflação expressa, está o esgotamento do nosso modelo de desenvolvimento, baseado na industrialização protegida. Uma nova revolução nos modos de produzir e comerciar transformou o mundo, criando a necessidade de adaptar as economias nacionais às novas tecnologias, aos novos produtos e à globalização das relações econômicas. Por demasiado tempo, ficamos presos ao velho modelo – até pelo sucesso que tivera nos anos sessenta e setenta – quando o mundo já estava obtendo benefícios inquestionáveis de uma etapa de abertura e de desregulamentação.

Deixemos aos historiadores a tarefa de dissecar as razões das oportunidades perdidas. O importante é sermos capazes de aprender com os erros do passado e – o que costuma ser mais difícil – com os nossos próprios erros.

Estabilização econômica: condição indispensável para superar a crise.

Hoje, pode-se afirmar com convicção que o Brasil foi capaz de tirar as lições do passado e de construir um caminho para superar a crise.

Não tenho a pretensão de ser o primeiro a identificar os problemas do Brasil e a enxergar as saídas. As circunstâncias da vida política deram-me, porém, a oportunidade de traduzir essa visão num projeto de ação governamental e de colocá-lo em prática sempre com o apoio do Presidente da República: o Programa de Estabilização Econômica, ou Plano Real, que chegou a sua fase decisiva com a entrada em circulação da nova moeda.

Permitam-me retornar um pouco no tempo. Em maio de 1993, assumi o Ministério da Fazenda, cargo que nunca pensara em ocupar. A situação política não era encorajadora e as dificuldades da economia, sobretudo do setor público, eram enormes. A inflação crescia mês a mês e parecia haver sido incorporada para sempre ao cotidiano dos brasileiros, embora estivesse destruindo os alicerces do País.

Aceitei o desafio de enfrentar a inflação, porque estava certo da determinação, honesta e sincera, do Presidente Itamar Franco de alcançar resultados seguros para o povo. E porque acreditava que mobilizaria talentos e esforços. Desde o primeiro dia como Ministro da Fazenda, fixei como meta fundamental debelar a inflação e criar condições efetivas para um desenvolvimento saudável e moderno, justo e equitativo para todos os brasileiros.

A inflação prejudicava os mais pobres. Os salários se deterioravam rapidamente. Os investimentos não se faziam – ou eram feitos precariamente – em clima de incerteza e insegurança. E a inflação persistia porque, certamente, alguns – poucos e poderosos – ganhavam com a especulação, com a ciranda financeira.

E, enquanto esses poucos ganhavam, todos nós perdíamos, não só dinheiro mas – o que é pior – a confiança em nós e em nossa capacidade de colocar a própria Casa em ordem. A economia deixou de ser vista como um campo de oportunidades, de exercício criativo. Transformou-se num espaço de luta em que a única preocupação era defensiva de busca de vantagens individuais. Os projetos comuns pareciam impossíveis. A sociedade não acreditava na capacidade do governo de enfrentar os problemas, a classe política refugiava-se na indiferença ou na defesa de interesses localizados e de curto prazo. Reformas decisivas na Constituição deixaram de ser feitas. Mais ainda, os políticos não acreditavam nos empresários e os empresários desconfiavam dos políticos. Em resumo, o Brasil não acreditava mais em si mesmo. E o povo estava saturado com a falta de perspectivas, com a paralisia de suas lideranças. A inflação afetava a psicologia coletiva e os próprios valores da sociedade.

Era preciso dar um basta a esse estado de coisas e não podíamos fugir a nossa verdade. E qual era a verdade? A verdade era que precisávamos derrotar a inflação, como primeiro passo indispensável para a arrancada na direção de uma nova justiça.

Em momento algum, me faltou o apoio do Presidente, para fazer o necessário, por mais difícil que fosse. Tenho a certeza de que a história saberá reconhecer em Itamar Franco o homem público que, assumindo a Presidência da República em circunstâncias extremamente difíceis, tem sabido conduzir o País por caminhos democráticos, com determinação no combate à inflação e à miséria.

Havia várias formas para enfrentar a inflação. Ao contrário dos chamados neoliberais, que acreditam bastar o equilíbrio das finanças públicas, e dos populistas, que acreditam em pacotes milagrosos impostos pelo governo, escolhemos uma política que, desde o início, protegesse os que vivem do salário. O método de

realizá-la exigia transparência, que fosse feita às claras, por meio da negociação.

Para derrotar a inflação, tínhamos que começar por equilibrar as receitas e as despesas do governo; em seguida, desindexar a economia e preparar os agentes econômicos – empresários, trabalhadores, consumidores e o próprio governo – para conviver com a inflação baixa. Só então, poderíamos aposentar o velho e desmoralizado cruzado e estabelecer regras para que uma nova moeda nascesse, realmente forte e estável.

Esse trabalho não se podia fazer da noite para o dia e o caminho nem sempre foi fácil. Tínhamos que expor ao País os problemas e dificuldades e não ceder à tentação demagógica de alimentar a ilusão de que uma inflação, que perdura há mais de trinta anos, fosse acabar por um passe de mágica.

A primeira tarefa para debelar o processo inflacionário era equilibrar as contas públicas, aumentando a receita na medida do possível e, principalmente, controlando a despesa. Foi isto que fizemos, na primeira fase do Programa de Estabilização. Muitos não acreditavam que seria possível reunir, no Legislativo, apoio suficiente para aprovar essas medidas e trataram de dissuadir-me do esforço que julgavam inútil. De fato, não foi fácil. Com muito trabalho e perseverança e apesar da obstrução de alguns setores, a maioria dos parlamentares não faltou com seu apoio e conseguimos, contrariando a previsão de muitos, assegurar o equilíbrio fiscal para 1993 e 1994.

A segunda etapa do Plano foi a criação da Unidade Real de Valor – a URV. Em vez do congelamento de preços, da violência da quebra de contratos e do confisco das contas correntes e da poupança, que falharam em todos os planos anteriores, propusemos uma alternativa baseada na transparência, na previsibilidade e no diálogo permanente com a sociedade, que é a única forma compatível com o modo democrático de governar.

Quisemos converter em URV, primeiramente, os salários, para preservar seu poder de compra, na hipótese de uma aceleração dos preços, nessa fase de transição. Antes, os salários eram reajustados pela inflação plena, apenas de quatro em quatro meses. Com a URV, passaram a ser atualizados, diariamente. Os pessimistas diziam que os salários, pensões e aposentadorias seriam comprimidos quando de sua conversão para URV. Agora, até mesmo os mais críticos reconhecem que aconteceu justamente o contrário. Os salários de março apresentaram um pequeno ganho real e os salários de abril cresceram mais de treze por cento, quando comparados com a média dos salários, no período de novembro de 1993 a fevereiro de 1994. Em suma, não houve perda para os salários. Ao contrário, os sindicatos, liberados da tarefa de lutar pela reposição da inflação, puderam concentrar suas

reivindicações na busca de aumentos reais, que podem ser comprovados pelos levantamentos tanto da FIESP e da CNI, como do DIEESE, que é o órgão de pesquisa dos próprios sindicatos.

Com isso, estávamos prontos para entrar na terceira fase do programa, a do Real, a moeda que denuncia o fim da inflação.

Nos últimos anos, à medida em que nossa moeda se desvalorizava, os que podiam, buscavam proteger o seu poder de compra por meio de uma moeda forte e estável, muitas vezes do dólar. Agora, temos uma moeda forte, que vai preservar os nossos salários e as nossas economias, uma moeda nossa. E ela será forte, porque tem lastro sólido em nossas reservas e porque haverá rígidos limites para a sua emissão. Mas ela será forte, principalmente, porque, antes de criá-la, pusemos a Casa em ordem.

Outro dado fundamental é o de que as circunstâncias são muito mais favoráveis do que nas tentativas anteriores.

A economia está crescendo a taxas de quatro a cinco por cento ao ano. Outros fatores importantes: as indústrias dispõem de

capacidade ociosa, podendo reagir, rapidamente, a aumentos na demanda, sem desabastecimento. Tivemos, neste ano, a maior safra agrícola de nossa história – cerca de 76 milhões de toneladas de grãos – e a próxima se anuncia ainda mais promissora. Dispostos de mais de 40 bilhões de dólares em divisas que, além de assegurar lastro para o real, permitem que se façam as importações necessárias, para manter os preços baixos. A renegociação da dívida externa encerrou um longo capítulo de relações, às vezes difíceis, com a comunidade internacional, inaugurando novo período em que o Brasil resgata sua condição de pólo atraente para os investimentos externos.

Desde a entrada em circulação da nova moeda, nossos adversários não têm como negar o êxito do Plano, no controle da inflação. Não aceito, no entanto, a crítica a um suposto caráter concentrador de renda do Plano, que tenho ouvido alguns economistas e políticos repetirem, de maneira irresponsável e demagógica. Inconformados com a excelente aceitação popular do real, dizem agora que ele "vai congelar a miséria". Isto ainda é compreensível na boca de quem tem, pelo menos, a desculpa da falta de preparo para entender o absurdo que está proferindo. Mas é simplesmente lamentável quando dita por quem, tendo o dever de ofício de saber o que diz, troca a integridade intelectual pelo oportunismo político.

Além dos aumentos salariais em termos reais, que já ocorreram durante a fase da URV, a introdução do Real e a redução da inflação significarão um novo benefício para os segmentos de menor renda da população. Estima-se que, pelo menos, 9 bilhões de dólares de renda anualizada serão transferidos, em termos líquidos, do sistema financeiro para o público, o que representa seis por cento da massa total de salários, e bastante mais do que isto, se considerarmos somente os salários mais baixos.

Em resumo, vamos alcançar a estabilidade sem confisco, sem congelamento, sem choque e com efetivo benefício para as camadas mais pobres da população – a partir de uma política que não segue qualquer figurino ditado de fora do Brasil ou alheio à nossa experiência.

II. O SONHO

Estabilizar a economia não basta. A estabilização não é um fim em si mesmo, mas é um passo indispensável para recolocar a sociedade na rota do progresso econômico e social. É preciso, agora, aproveitar o avanço na estabilização, para atacar de frente os problemas estruturais do País. A estabilização não é um fim em si mesmo, mas é um passo indispensável para recolocar a sociedade na rota do progresso econômico e social. É preciso, agora, aproveitar o avanço na estabilização, para atacar de frente os problemas estruturais do País.

Minha candidatura à Presidência da República nasceu da confiança depositada em mim por meus companheiros de coligação para que eu conduza o projeto necessário de transformação da sociedade brasileira. Seguiremos diretrizes claras e viáveis, que respondem às necessidades fundamentais do povo brasileiro. Sabemos como criar um novo modelo de desenvolvimento que combata a miséria, melhore a distribuição de renda, assegure a inserção inteligente da economia brasileira no mundo e reorganize o Estado.

As cinco prioridades imediatas

A precariedade de nossa situação social, visível nas ruas e nas estatísticas oficiais, é percebida de forma dolorosa pelos brasileiros. O povo conhece as expressões mais dramáticas da crise e clama por ações concretas. A falta de emprego e a instabilidade angustiam tanto os nossos jovens quanto os trabalhadores expe-

rientes. As famílias – e até mesmo as crianças – percebem que a educação recebida nas escolas públicas não os prepara para o mundo de hoje. O descalabro dos postos de saúde e dos hospitais públicos e conveniados é motivo de verdadeiro horror. A insegurança pessoal afeta a todos. A fome faz parte do dia-a-dia de amplos setores da população.

Elegemos cinco metas para o nosso programa de governo – emprego, educação, saúde, agricultura e segurança – não como um exercício acadêmico ou estratégia eleitoral, mas por reconhecermos que são os pontos fundamentais para começarmos a resgatar a imensa dívida social do nosso País para com seu povo. Não são metas exclusivas nem foram consideradas de forma isolada. Compõem um projeto maior de desenvolvimento, que se viabiliza no longo prazo e cujas bases pretendo lançar.

Em cada uma dessas áreas, estamos divulgando um conjunto de ações governamentais, capazes de obter resultados expressivos, no horizonte de quatro anos, e consolidar tendências positivas para o futuro.

O importante, nesses cinco pontos, não é a originalidade. A campanha eleitoral está mostrando uma grande coincidência das prioridades de todos os candidatos. O que vai diferenciar os candidatos não serão os temas de campanha, mas sim, fundamentalmente, a forma de tratá-los e, principalmente, a capacidade de fazer o que é preciso.

De minha parte, estou convencido de que, com respostas corretas aos anseios da população, nestas cinco áreas, daremos os passos indispensáveis para a transformação mais profunda e abrangente da sociedade brasileira.

Os objetivos de longo prazo

Em prazo mais longo, deveremos consolidar um modelo de desenvolvimento fundado numa sociedade educada e movido por uma economia altamente competitiva, em que o motor do progresso sejam os modos mais avançados de produzir. O Brasil pode dar este salto de qualidade no espaço de uma geração. Para isto, iniciaremos um esforço sério de investimento em educação e adotaremos, ao mesmo tempo, as políticas corretas nas áreas agrícola, industrial e de serviços. Vinte anos devem bastar para que nosso País ocupe um lugar entre as grandes nações do século XXI, com progresso e justiça social. O tempo de um mandato presidencial é suficiente para fixar esse rumo e dar-lhe sentido de permanência, gerando as condições básicas para que o novo modelo se sustente no longo prazo.

Se a educação é a base do novo estilo de desenvolvimento, o que lhe garante dinamismo e sustentação é o progresso científico e tecnológico. Melhores laboratórios de pesquisa, dentro e fora da universidade, melhores cientistas e tecnólogos de alto nível são fundamentais, para dotar a sociedade do conhecimento que gera novos produtos e níveis crescentes de produtividade na indústria, na agricultura e nos serviços. Para chegarmos a isso, é fundamental estabelecer uma verdadeira parceria entre setor privado e governo, entre a universidade e a indústria, tanto na gestão quanto no financiamento do sistema brasileiro de desenvolvimento científico e tecnológico.

O governo dará especial atenção à formação de quadros altamente qualificados, aperfeiçoando o nosso sistema universitário. Outro passo importante é a expansão seletiva do sistema de bolsas de estudo, no exterior e no Brasil, e o efetivo aproveitamento desses recursos humanos indispensáveis para o progresso do País. Embora os resultados dessa opção estratégica sejam visíveis somente a médio e longo prazos, por isso mesmo, é indispensável defini-la desde já e começar, imediatamente, a realizar os investimentos necessários em educação, ciência e tecnologia.

Uma clara política industrial, num sentido amplo – abrangendo o conjunto das atividades produtoras de bens e serviços – será definida e promovida permanentemente pelo governo. Para isso, será necessário estar atento à identificação de novas atividades a serem estimuladas de maneira especial.

Atuaremos coerentemente na fixação de tarifas externas, em toda a cadeia produtiva; garantiremos tarifas de serviços públicos estáveis; cuidaremos de que o país conte com uma adequada infraestrutura de energia, comunicações e transporte; a estabilidade proporcionará as condições para a consolidação de um mercado de crédito de médio e longo prazos; criaremos uma agência para a promoção de investimentos; faremos com que o BNDES passe a atuar, também, como o Banco de Comércio Exterior do Brasil, garantindo o financiamento de longo prazo de nossas exportações. Em contrapartida, exigiremos que nossa indústria seja competitiva e moderna, que se atualize permanentemente, para produzir com qualidade.

População mais educada, novas tecnologias e um setor produtivo dinâmico e inovador são as receitas básicas para uma vantajosa inserção do Brasil na economia internacional: com empregos estáveis, produtivos e bem remunerados, nosso povo poderá encarar o resto do mundo de igual para igual e o futuro com confiança, sem medo de competir.

Em suma, queremos um *modelo economicamente sustentável*, em que o Brasil encontre formas próprias de manter, a longo prazo, o seu processo de desenvolvimento; um *modelo ambientalmente sustentável*, em que as preocupações com a ecologia estejam, efetivamente, presentes em todas as decisões; um *modelo de participação ativa na vida internacional*, de abertura para o mundo, que leve o Brasil a ver o sistema internacional como um campo de oportunidade para a realização dos interesses nacionais e, fundamentalmente, um *modelo de justiça social onde o direito à vida com dignidade seja garantido a todos*.

As metas de médio prazo

O caminho até lá, contudo, passa por alguns obstáculos importantes. É preciso criar os recursos que serão investidos, maciçamente, na educação e no desenvolvimento científico e tecnológico. O mais fascinante, em relação à experiência de outros países, é que o Brasil possui todas as condições para gerar a massa de recursos necessária ao investimento que vai garantir nosso salto para o desenvolvimento com justiça social. Neste sentido, é preciso usar de forma inteligente nossas riquezas naturais e nossas vantagens comparativas atuais, para produzir, gerar riqueza, investir, consumir e exportar.

A agricultura é um setor da maior importância estratégica, como já disse, anteriormente; da mesma forma, o parque industrial brasileiro contará com o apoio do governo para consolidar-se, expandir-se e modernizar-se, gerando riquezas e empregos para os brasileiros. Atenção muito especial será dada às pequenas e médias empresas, responsáveis por parcela importante do emprego e da produção industrial. Uma nova política de crédito, adequada à capacidade de pagamento dessas empresas, bem como a reforma tributária e o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, serão prioridades do governo.

O Brasil pode e deve aproveitar muito mais intensamente seus recursos naturais, para gerar empregos, divisas e bem-estar para o seu povo, sem abrir mão dos cuidados com o meio ambiente e a preservação da biodiversidade. O potencial gerador de empregos do turismo, em especial, nas regiões Norte e Nordeste, também está longe de ser plenamente aproveitado e será desenvolvido em nosso governo.

A expansão da agricultura, a exploração dos recursos natu-

rais e do turismo demandam investimentos na recuperação e na ampliação da infra-estrutura de energia, transporte, comunicação e saneamento. Além do seu valor estratégico, para o aproveitamento de vantagens comparativas sem paralelo no mundo, o investimento nesses setores gerará centenas de milhares de empregos diretos, a curto prazo.

Em breve, anunciarei o conjunto de obras que deverão ser completadas ou significativamente avançadas, durante os quatro anos do meu governo. A definição deste conjunto de obras e investimentos em infra-estrutura deverá levar em conta as diversidades regionais da economia brasileira. Estou convencido de que é preciso que o Governo Federal atue, decididamente, no sentido de buscar um maior equilíbrio econômico e social entre as regiões do País, ciente de que as atuais disparidades geram tensões sociais e políticas prejudiciais à unidade nacional e à consolidação das instituições democráticas.

Seremos inovadores ao definir as fontes das quais virão os recursos necessários para este programa. Espero contar com cinco mecanismos para realizar este grande esforço: as verbas tradicionais do orçamento público, saneado e revigorado pela reforma fiscal; os fundos provenientes do processo de privatização; a participação nos mercados financeiros nacional e internacional, mediante a emissão de títulos de longo prazo, possibilidade concreta para um país como o nosso, que terá sua situação macroeconômica sob controle; a definição de uma nova parceria com o setor privado, na realização de investimentos públicos sob a forma de concessões ou de associações com empresas nacionais e estrangeiras; e, finalmente, o financiamento externo assegurado pelas fontes bilaterais e pelo Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, que buscaremos ampliar e direcionar para projetos que coincidam com nossos novos objetivos de desenvolvimento.

Existem, aqui como no exterior, muitos investidores interessados em aplicar seus recursos no Brasil, em projetos de média e longa maturação e com boas perspectivas de rentabilidade, desde que haja estabilidade econômica. Com nossa economia estabilizada e inserida no circuito financeiro internacional, sem temores pueris em relação ao capital estrangeiro, vamos atrair uma massa considerável de recursos tanto de empréstimo quanto, especialmente, de investimentos diretos.

A crescente parceria com o setor privado, na propriedade e gestão da infra-estrutura nacional, exigirá a redefinição do papel do Estado, como instância reguladora, com poder de evitar monopólios e abusos que tendem a ocorrer em situações de concentração do poder econômico. É fundamental que o governo tenha, realmente, o poder de regular a prestação de serviços públicos, no interesse do cidadão e dos objetivos estratégicos do País.

Estes elementos serão, portanto, a base da nossa estratégia de médio prazo para criar as condições que viabilizem, como objetivo de longo prazo, a criação de um novo modelo de desenvolvimento com justiça para o Brasil.

III – O DESAFIO MAIS URGENTE

Não teremos nenhum projeto de país, de desenvolvimento ou de nação enquanto continuarmos a conviver com a enorme massa de excluídos e miseráveis.

Vamos combater a miséria e a fome! Esta é a meta da mais elementar justiça e todos os instrumentos de ação social devem ser mobilizados nessa direção.

O socorro às camadas mais carentes da população exige uma combinação inteligente de ações emergenciais e de reforma das áreas de saúde, saneamento, educação, habitação e segurança. A experiência de alguns países latino-americanos, na criação de fundos de emergência, oferece exemplos que precisamos analisar

e, na medida do possível, adotar. A própria experiência brasileira com projetos especiais de alimentação, de distribuição do leite e combate à fome oferece-nos exemplos de parceria entre Estado e sociedade, que deveremos estimular e ampliar para outras áreas, mas cuidando sempre de evitar que o direito do cidadão tenha o cunho do clientelismo.

As reformas nas áreas sociais terão como objetivo central proporcionar ao cidadão os bons serviços públicos a que ele tem direito. *É preciso colocar o povo em primeiro lugar.*

Quero que muitas das medidas que serão adotadas pelo novo governo, na área social, tenham um efeito positivo, rápido e significativo sobre a vida de nossas crianças. Um esforço especial e permanente deverá ser concertado pelo Governo Federal, junto com Estados, Municípios e, principalmente, com a sociedade, para que nossas crianças não passem mais fome, não tenham que trabalhar antes da idade apropriada, para que tenham saúde e para que recebam uma educação de boa qualidade. Temos que banir da face de nosso País o problema dos meninos que vivem na rua. As crianças não podem ser um drama para a consciência coletiva; elas são parte da solução do futuro de nossa Nação.

Nossa preocupação com o futuro não pode nos fazer esquecer das pessoas mais velhas. Nossa sociedade precisa resgatar uma dívida para com aqueles que ajudaram a construir esse País, lutando em condições adversas de educação e treinamento, recebendo salários que não lhes permitiram acumular um mínimo para enfrentar a velhice com dignidade. É preciso construir um sistema de Previdência que ofereça a certeza de uma vida tranqüila para os mais velhos. Como Ministro da Fazenda, pude contribuir para garantir algumas conquistas, que agora precisamos consolidar e ampliar.

O bem-estar dos trabalhadores depende não só do valor do salário em Reais, mas também do preço e disponibilidade dos bens que consomem no dia-a-dia. Nossa política agrícola garantirá alimentos fartos e baratos e, ao mesmo tempo, não descuidaremos da questão habitacional. É preciso redefinir o sistema de financiamento habitacional, oferecendo crédito de longo prazo para quem pode pagar e subsídios para que aqueles que vivem em habitações subumanas tenham acesso a uma casa digna.

IV – A REFORMA DO ESTADO

A reforma do Estado e a recuperação de sua capacidade de investir estão profundamente associadas à possibilidade de êxito nas políticas sociais, dado que o setor público é e continuará sendo o grande responsável pela prestação e coordenação dos serviços nestas áreas.

Precisamos de um estado menor, que seja forte e ágil, que tenha condições para regulamentar a atividade econômica e que atue com eficiência no combate às nossas mazelas sociais.

A reforma do Estado tem duas dimensões: a fiscal e a administrativa.

Do ponto de vista fiscal, é preciso atacar de imediato os dois problemas cruciais do lado da receita e da despesa: simplificar o sistema tributário ineficiente, que asfixia as empresas, recuperando a capacidade de geração de receitas, para que o governo possa realizar um programa de investimentos compatível com as necessidades do País; e redefinir as esferas de competência da União, Estados e Municípios, de modo a aprofundar a descentralização e aplicar melhor os recursos públicos.

Um regime fiscal saudável, incluindo um novo pacto federativo, será o eixo das propostas de reforma constitucional que, eleito, encaminharei ao Congresso tão logo assumo a chefia do governo.

Do ângulo administrativo, trata-se de recuperar a capacidade do governo de governar. Nos últimos 15 anos, o Estado brasileiro foi perdendo sua eficácia. O emprego no setor público aumentou cerca de 60%, na década passada. A ampliação do número de funcionários ocorreu, especialmente, no âmbito das administrações municipais. Já na esfera federal, a inexistência de programas permanentes de treinamento e de processos objetivos de avaliação e promoção, distorções salariais e a perda do senso de missão profissional, tornaram o funcionalismo vítima da apatia ou de um corporativismo predatório. Reconstruir a capacidade administrativa do Governo Federal significa estruturar as carreiras dos seus servidores dentro de padrões de eficiência no desempenho e de justiça na remuneração.

Tornar o governo mais eficaz, para gerir o País e prestar os serviços que a população requer, significa, também, racionalizar a máquina pública e reduzir a presença do Estado, em áreas onde ela não é mais necessária. O processo de privatização será acelerado, mas teremos o cuidado de não somente reforçar o poder regulamentador e fiscalizador do governo, como também, de evitar a formação de monopólios privados. O papel do Estado como produtor de bens e serviços de infra-estrutura será mantido, nas áreas estratégicas, nas quais deverá ter a capacidade de produzir com os mesmos níveis de eficiência do setor privado.

A privatização, no entanto, não pode ser proposta nem executada com bandeiras ideológicas. Ela se impõe para ampliar a capacidade de investimento da sociedade, para aumentar a competitividade e, onde for o caso, melhorar a gestão. Não se trata, entretanto, de uma "privatização selvagem", que vê na presença do Estado o inimigo da sociedade. Privatização adequada requer o reforço da autoridade pública, para assegurar que o cidadão e a sociedade serão bem servidos, sejam privadas ou estatais as formas de controle e gestão. Para isso, será necessário estabelecer mecanismos transparentes, competentes e preservadores do interesse público.

A reforma do Estado, nas duas dimensões indicadas, será peça essencial para alcançar e manter o equilíbrio global da economia brasileira. A preocupação com a estabilização haverá de ocupar-nos cada vez menos, mas, ainda assim, exigirá atenção, nos próximos dois ou três anos, até que possamos declarar, finalmente, a inflação como coisa do passado.

O processo de liberalização da economia e a abertura para o exterior terá seguimento, não como um objetivo em si, mas como uma peça estratégica da modernização de nossa economia. Apesar da rapidez do processo de abertura comercial do Brasil e da ausência de políticas específicas por parte do governo, para estimular a competitividade da nossa indústria e agricultura, a verdade é que o setor produtivo nacional soube resistir e adaptar-se à competição externa.

Um grande número de empresas empreendeu vigoroso movimento, no sentido de ajustar-se às novas exigências da competição: incorporou avanços tecnológicos, simplificou estruturas, promoveu maior participação dos trabalhadores no seu planejamento estratégico, terceirizou atividades, passou a exportar.

Surgiram pequenas e médias empresas de tipo novo e novas formas de negociação entre trabalhadores, empresários e governos foram experimentadas, muitas vezes, com resultados excepcionais. Nossa indústria foi capaz de vencer os desafios e está hoje mais forte do que há 15 anos, pronta para o novo salto de desenvolvimento. A produtividade na indústria cresceu mais de 50 por cento, desde 1980, e o número de empresas brasileiras que já contam com certificação internacional de qualidade é bastante expressivo, quase alcançando quatro centenas.

V – ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

Ao longo dessa prolongada crise, o Brasil passou por uma significativa mudança: a sociedade tornou-se mais plural, mais diferenciada, mais forte e participativa. Os trabalhadores da cidade e do campo organizaram-se em múltiplos sindicatos, federações e confederações, reforçando a diferenciação e o pluralismo. Surgiu um imenso número de movimentos sociais, de organizações comunitárias locais e de conselhos de participação – especialmente no nível municipal – revitalizando a vida política e produzindo novas formas de controle público. Multiplicaram-se as organizações não-governamentais de todo tipo, muitas delas voltadas para a prestação inovadora de serviços públicos.

Numa palavra, enquanto o Estado foi ficando mais e mais paralisado, a sociedade brasileira tem demonstrado enorme criatividade, grande capacidade de utilizar a nossa heterogeneidade e a nossa diversidade como fontes de riqueza cultural, e muita iniciativa em substituir o Estado e as administrações, na solução dos problemas.

Essa vitalidade, por exemplo, é inegável na área da cultura, onde é evidente o sucesso em ramos da indústria cultural, como a música popular e a televisão. Mas também a música erudita, as artes plásticas e gráficas, o teatro, o cinema, o artesanato, a literatura exibem invejável riqueza e crescimento significativo, apesar da descontinuidade do apoio governamental e do caráter incipiente do patrocínio privado. O Estado não pode ser omisso nesta área, como, aliás, não é em nenhum país que preze seus valores. Aprendemos muito no passado recente e creio que, hoje, estamos em condições de definir com os artistas um mecanismo realista de apoio governamental à cultura que, além dos recursos fiscais que o governo possa colocar no sistema, signifique um estímulo à colaboração do setor privado e que contemple a efetiva participação dos criadores culturais, em processos de decisão.

Esse vigor renovado da sociedade constitui recurso da maior importância, para recolocar o País no rumo certo. A criação e a ampliação de espaços públicos, embora não-governamentais, serão objeto de permanente atenção do governo. Assumo este compromisso com clareza e convicção, porque ele corresponde a minha principal experiência como homem público e como político: buscar as convergências e o entendimento, sem desconhecer a força e a legitimidade dos interesses, construir consensos, negociar e governar em nome do interesse comum e não em nome desse ou daquele setor.

Nosso modelo de crescimento anterior ocorreu num contexto em que o desenvolvimento podia se dar exaurindo os nossos vastos recursos naturais, agredindo e depredando o meio ambiente. Com o avanço da consciência ecológica no mundo contemporâneo, inclusive entre nós, graças à atuação permanente, mais uma vez, da sociedade civil revitalizada e organizada, será necessário que o governo esteja sempre pronto para responder às demandas de preservação do meio ambiente, de uso racional e renovável dos nossos recursos naturais e da busca de padrões de crescimento sustentável.

Finalmente, ressalto a necessidade da mobilização permanente da sociedade, em defesa da promoção, consolidação e ampliação dos direitos da pessoa humana, especialmente, dos grupos que, historicamente, vêm sendo passivamente esquecidos ou ativamente discriminados e segregados. Atenção especial, neste aspecto, será dada aos portadores de deficiência, que se contam aos milhões no País e que, graças à ação de entidades da sociedade, como as APAE, sobrevivem a duras penas. Existem iniciativas no Congresso e leis que deverão ser implementadas, para atender às necessidades dos portadores de deficiência e dar apoio a suas famílias.

Não hesitarei em utilizar todos os recursos existentes nas mãos do Estado e todos os mecanismos ao alcance do governo, para promover a incorporação desses grupos discriminados e para tornar o direito de igualdade perante a lei, de realidade formal e retórica, em direito efetivo e real. Para começar, nas áreas de atuação direta do governo, será necessário estimular a presença das minorias, como os negros e índios, ou de grupos discriminados, como ainda o são as mulheres.

VI – O ESTADO BRASILEIRO E O SISTEMA INTERNACIONAL

Nos dias de hoje, não existe projeto de desenvolvimento autárquico. O sistema internacional é um campo de oportunidades, de recursos, que devem ser buscados com naturalidade. Somos um grande país, com clara vocação para uma participação ativa e responsável nos negócios do mundo.

Fui Ministro das Relações Exteriores e, embora tenha sido curta a minha gestão, renovei a minha crença de que a primeira condição para o êxito da política externa é a de que esteja efetivamente em sintonia com as necessidades e os interesses do povo a que serve. A segunda condição é discernir o sentido das transformações do sistema internacional, especialmente, neste momento de transições rápidas e, às vezes, dramáticas. É compreender, também, que qualquer conquista internacional exige persistência e coerência.

Queremos regras estáveis e equilibradas para as trocas internacionais e adotaremos as medidas que nos dêem condições efetivas de competitividade. A política externa tem um papel a desempenhar, na ampliação do espaço econômico brasileiro e, neste sentido, prosseguirei nos esforços de integração no Mercosul e na América Latina. A visão brasileira do mundo se constitui a partir de nossa presença latino-americana e, em nossa região, devemos trabalhar para consolidar os melhores instrumentos de aproximação com os vizinhos.

O Mercosul pode ser um fator decisivo, na preparação do Brasil e de seus parceiros, para inserir-se de forma favorável num sistema econômico em que as exigências de competição são acrescidas. A ampliação dos mecanismos de integração para o espaço sul-americano será estimulada. O Brasil tenderá a projetar-se com mais confiança no mundo quanto mais forte e consistente for a cooperação intra-regional. A proposta brasileira de criação da ALCSA – Área de Livre Comércio Sul-Americana, concebida e lançada durante a minha gestão à frente do Itamaraty, contribui justamente para esse propósito.

Desenvolveremos um núcleo de políticas em torno dos objetivos de integração com a economia mundial que nos permita atuar em harmonia com as tendências positivas do sistema internacional. Reforçaremos a nossa ênfase o multilateralismo comercial, procurando extrair todos os benefícios potenciais da conclusão da rodada Uruguai e da nova Organização Mundial de Comércio.

A construção de uma nova ordem mundial não se fará sem que valores universais sejam a sua base. Em um mundo em que existem contrastes, que se acentuam, entre ricos e pobres, a paz e a estabilidade sempre serão provisórias. A retomada do tema do desenvolvimento, na agenda internacional, a busca de formas renovadoras de cooperação entre os Estados, é trabalho necessário da diplomacia brasileira. Precisamos de instrumentos modernos para a realização dos anseios de justiça e igualdade.

A presença internacional de qualquer país supõe que tenha bases de efetiva segurança. A verdadeira vocação das Forças Armadas se exerce plenamente, quando serve aos propósitos nobres de garantir a segurança e tranquilidade das fronteiras, de afastar ameaças à soberania, quando cumpre, enfim, a sua responsabilidade.

de primordial. Por isto, as Forças Armadas deverão ocupar lugar privilegiado nas atenções do governo. Deverão ser criadas as condições para modernização e aparelhamento das três Forças, de acordo com as exigências do mundo moderno, e nossos militares deverão ser remunerados de acordo com a alta responsabilidade das tarefas que exercem. A vocação democrática das Forças Armadas brasileiras não faz mais do que reforçar-se. É chegada a hora para a sociedade, reconhecendo o papel essencial que cumprem, dedicar-lhes não só respeito, mas as condições materiais para seu reaparelhamento, em função das necessidades contemporâneas, e para a revalorização do profissionalismo militar, assegurando-lhes carreira com bom treinamento e com a devida remuneração.

VII – CAPACIDADE DE NEGOCIAÇÃO

Conseguimos expandir as fronteiras da liberdade ao redemocratizar o País, fortalecendo e aprimorando nossa democracia.

O Brasil ocupa, hoje, uma posição de liderança quanto à liberdade de expressão e participação e aos mecanismos de regulação e preservação institucionais. Isto não é algo trivial, numa sociedade tão complexa e desigual como a nossa. O caminho que já percorremos reforça em mim a idéia de que devemos perseverar no aprimoramento das instituições e na busca dos consensos possíveis entre os vários segmentos que compõem a heterogênea sociedade brasileira.

Já dei provas, como parlamentar e como ministro, tanto da minha busca permanente de negociação, como de coerência com as minhas convicções fundamentais e firmeza nas decisões. Eleito presidente, saberei persistir no diálogo e dar a minha contribuição para banir a intransigência e os radicalismos da vida brasileira, sem abrir mão das responsabilidades inerentes ao cargo.

Não vamos nos iludir, nem induzir o País ao erro. A eleição do presidente, por fundamental que seja, é insuficiente para assegurar as mudanças de que o Brasil reclama. Tais mudanças exigem persistência e convergência dos esforços do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, da União e dos Estados e Municípios. Isto requer, além de um programa realista e ousado, a existência de uma maioria política e social consistente que lhe dê sustentação.

Com a fragmentação dos partidos, no Brasil, essa maioria não vai emergir espontaneamente das urnas, mesmo em eleições simultâneas para presidente, governadores, senadores, deputados federais e estaduais. A capacidade de articular maiorias, somando forças diferentes e, no limite, até divergentes, constitui, assim, um elemento básico da aptidão de qualquer partido político para governar o Brasil.

Por isso, ao propormos os temas que consideramos fundamentais para a discussão do nosso programa de governo o fazemos com nitidez, mas sem sombra de sectarismo. Vale dizer: sem deixar de explicitar posições que possam nos diferenciar, mas conscientes de que as diferenças ideológicas e de trajetória política não podem impedir a busca de convergências, para que o debate eleitoral conduza à formação de uma maioria capaz de sustentar as decisões necessárias às mudanças que o país exige.

VIII – O COMPROMISSO DE GOVERNO

Meu compromisso é o de governar com coragem o Brasil, de não medir sacrifícios e de lutar pela realização de ideais de desenvolvimento com justiça.

Consciente das dificuldades do momento, não temo o que sei que vou enfrentar. Conheço as dimensões históricas do desafio. Tenho sentido da realidade e sei que meu projeto incorpora o sonho brasileiro por uma vida melhor. Não vou compactuar com os promotores do atraso, do clientelismo, do corporativismo.

Minha única bússola será o interesse da Nação, que guiará as decisões de meu governo.

Nada há de mais precioso para o brasileiro, neste momento, do que a liberdade de escolher, de dizer o que está errado e de mudar o que for preciso, sempre dentro da lei.

O Brasil conhece meu estilo de trabalhar. Sabe que sou um homem experiente, que sabe ouvir e ter paciência. Mas, que não tem medo de ousar e de decidir.

Todos sabem o quanto sofremos, quando este País mergulhou no autoritarismo. Fomos impedidos de trabalhar e muitos, como eu, tivemos que nos exilar. Mesmo longe, jamais deixei de pensar no Brasil, de lutar pela democracia. A tudo resisti, com muita luta e esperança, porque sabia que o Brasil era maior e melhor do que essa gente que achava que tinha resposta para tudo, às custas da liberdade do nosso povo.

Quando voltei ao Brasil, decidi ingressar na política, porque estava convencido de que poderia ajudar a mudar a vida dos brasileiros. Senti que poderia usar a maturidade e os meus conhecimentos, para ajudar a construir o País do sonho de todos nós. Aprendi que a tolerância é a força maior. Numa sociedade democrática, não se mudam as coisas com ódio, com vingança, com raiva, com desrespeito às leis.

Jamais coloquei os meus interesses pessoais, minhas simpatias e antipatias, à frente dos interesses maiores da Nação. Quem está no governo tem que lidar, primeiro, com a realidade, porque é esta que nos ensina o caminho das transformações possíveis. Caso contrário, corremos o risco de enveredar pelo caminho da mentira. Governar uma democracia é, antes de mais nada, conviver com as limitações, aceitar o possível no presente, para almejar o ideal no futuro.

Não se começa a construir uma casa pelo teto, mas pelas fundações. Nossa proposta tem começo, meio e fim. Sabemos que é o momento de transformação. Pretendo ser o promotor deste salto para a prosperidade e para a criação de um novo ânimo na vida brasileira. Já começamos a construir as fundações com a conquista da estabilidade. Continuaremos a buscar desenvolvimento e dignidade.

Quero receber um mandato do povo para tornar realidade o sonho. A esse mandato – e só a ele – serei sempre fiel. Eleito, responderei à confiança dos brasileiros. Teremos um novo Brasil às vésperas do ano 2000. Um país que será respeitado, não pelas dimensões de sua geografia, mas pelo sentido de humanidade de seu povo e pela competência que marcará a condução da sua vida pública. Saberei ousar, sem imprudência. Assumirei as responsabilidades, sem arbitrariedade. Governarei com firmeza, mas sem arrogância.

Para isso, preciso do povo. De seu voto. De sua inspiração. De sua confiança.

O sonho de um Brasil justo é o sonho de todos nós.

COMPARECEM MAIS OS SRS.:

Albano Franco – Epitácio Cafeteira – Henrique Almeida – Hugo Napoleão – Mansueto de Lavar – Maurício Corrêa – Meira Filho.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Aragão) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 556, de 25 de julho de 1994, que dispõe sobre a vinculação da Fundação Osório e dá outras providências.

De acordo com as indicações das Lideranças e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**TITULARES****PMDB**

1. José Fogaça
2. Coutinho Jorge

PFL

3. Júlio Campos

PPR

4. Eptácio Cafeteira

PSDB

5. Maurício Corrêa

PSB

6. José Paulo Bisol

PT

7. Eduardo Suplicy

DEPUTADOS**TITULARES****BLOCO**

1. Alacid Nunes

PMDB

2. Tarcísio Delgado

PPR

3. Jair Bolsonaro

PSDB

4. Sigmaringa Seixas

PP

5. Raul Belém

PDT

6. Beth Azize

PTB

7. Bonifácio de Andrada

SUPLENTES

1. Ronan Tito
2. Onofre Quinan

3. Odacir Soares

4. Affonso Camargo

5. Jutahy Magalhães

- 6.

- 7.

SUPLENTES

1. Werner Wanderer

2. Germano Rigotto

3. Carlos Virgílio

4. Jabes Ribeiro

5. Benedito Domingos

6. Valdomiro Lima

7. Elísio Curvo

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

SENADORES**TITULARES****PMDB**

1. Ronan Tito
2. Almir Lando

PFL

3. João Rocha

PPR

4. Eptácio Cafeteira

PSDB

5. Mário Covas

PMN

6. Francisco Rollemberg

PRN

7. Aureo Mello

DEPUTADOS**TITULARES****BLOCO**

1. Luiz Viana Neto

PMDB

2. Nelson Proença

PPR

3. Fetter Júnior

PSDB

4. José Anibal

PP

5. Raul Belém

PDT

6. Márcia Cibilis Viana

PSTU

7. Ernesto Gradella

SUPLENTES

1. Mansueto De Lavor
2. Ruy Bacelar

3. Guilherme Palmeira

4. Affonso Camargo

5. Almir Gabriel

- 6.

7. Ney Maranhão

SUPLENTES

1. Osório Adriano

2. Gonzaga Mota

3. José Maria Eymael

4. Moroni Torgan

5. Benedito Domingos

6. Marino Clinger

7. Maria Lúiza Fontenele

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 1º-8-94 – Designação da Comissão Mista;
Dia 2-8-94 – Instalação da Comissão Mista;
Até 31-7-94 – Prazo para recebimento de emendas.
Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;
Até 9-8-94 – Prazo final da Comissão Mista;
Até 24-8-94 – Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Aragão) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 557, de 26 de julho de 1994, que altera a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.

dente da República editou a Medida Provisória nº 558, de 26 de julho de 1994, que dispõe sobre a assunção, pela União, de crédito da Export Development Corporation – EDC, e de debêntures emitidas pela EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A., bem como sobre a utilização de créditos da União junto à EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

TITULARES

PMDB

1. Alfredo Campos
2. Márcio Lacerda

PFL

3. Jônice Tristão

PPR

4. Epitácio Cafeteira

PSDB

5. Mário Covas

PDT

6. Magno Bacelar

PP

7. Irapuan Costa Júnior

DEPUTADOS

TITULARES

BLOCO

1. Aldir Cabral

PMDB

2. Marcos Lima

PPR

3. Victor Faccioni

PSDB

4. Geraldo Alckmin Filho

PP

5. Raul Belém

PDT

6. Paulo Ramos

PMN

7. Jerônimo Reis

SUPLENTES

1. Divaldo Suruagy
2. Flaviano Melo

3. Raimundo Lira

4. Affonso Camargo

5. Almir Gabriel

6. Darcy Ribeiro

7. Nelson Carneiro

SUPLENTES

1. Alacid Nunes

2. Carlos Nelson

3. Fábio Meirelles

4. Paulino Cícero

5. Benedito Domingos

6. Liberato Caboclo

7. Nilson Gibson

Dia 2-8-94 – Instalação da Comissão Mista;

Até 1º-8-94 – Prazo para recebimento de emendas. Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 10-8-94 – Prazo final da Comissão Mista;

Até 25-8-94 – Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Aragão) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 559, de 26 de julho de 1994, que organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

1. Pedro Simon
2. Cid Saboia de Carvalho

1. Amir Lando
2. Márcio Lacerda

PFL

3. Raimundo Lira

3. Jônice Tristão

PPR

4. Epitácio Cafeteira

4. Affonso Camargo

PSDB

5. Mário Covas

5. Almir Gabriel

PTB

6. Jonas Pinheiro

6. Valmir Campelo

PSB

7. José Paulo Bisol

- 7.

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTES

BLOCO

1. Délio Braz

1. Darci Coelho

PMDB

2. Carlos Nelson

2. Harley Margon

PPR

3. Paulo Mourão

3. Ronivon Santiago

PSDB

4. Jackson Pereira

4. Deni Schwartz

PP

5. Raul Belém

5. Benedito Domingos

PDT

6. Max Rosenmann

6. Giovanni Queiroz

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 1º-8-94 – Designação da Comissão Mista;

PT

7. José Fortunati

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 1º-8-94 – Designação da Comissão Mista;

Dia 2-8-94 – Instalação da Comissão Mista;

Até 10-8-94 – Prazo para recebimento de emendas. Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 10-8-94 – Prazo final da Comissão Mista;

Até 25-8-94 – Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Aragão) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 560, de 26 de julho de 1994, que dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o plano de seguridade do servidor público civil ativo dos poderes da União, das autarquias e das fundações públicas, e dá outras providências.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

PP

5. Raul Belém

5. Benedito Domingos

PDT

6. Amaury Müller

6. Carlos Alberto Campista

PRN

7. José Carlos Vasconcellos

7. Paulo Octávio

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 1º-8-94 – Designação da comissão Mista;

Dia 2-8-94 – Instalação da Comissão Mista;

Até 1º-8-94 – Prazo para recebimento de emendas. Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 10-8-94 – Prazo final da Comissão Mista;

Até 25-8-94 – Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Aragão) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, é louvável o esforço desenvolvido pelo Governo para assegurar a estabilização da vida econômico-financeira do País, sobretudo depois da entrada em vigor do real. Cumpre reconhecer o empenho desenvolvido, principalmente pelo Ministério da Fazenda, no sentido de garantir normalidade no que concerne, de modo especial, a preços.

É pena que o Governo não tenha adotado, no curso do mês de julho, as medidas cabíveis para expurgar a gordura excessivamente introduzida nos preços por produtores, industriais e comerciantes. Se o houvesse feito, como foi sugerido, provavelmente não estaria experimentando as dificuldades que estão sendo assinaladas depois de 1º de julho. Mas não vale essa observação nem como crítica, apenas como advertência, para ver-se que é melhor prevenir do que reprimir. Não tendo adotado a medida saneadora durante o mês de julho, o Governo está agora a braços com o excesso que foi incluído nos preços no mês de junho, e com os acréscimos que, de várias fontes, estão sendo tentados depois da entrada em vigor do real.

As formas de fugir à regularidade da vida econômica são múltiplas. Agora mesmo, em Salvador, pude observar um desses artifícios. Num supermercado, a partir de compras de determinado valor, o estabelecimento oferece um bônus aos compradores; mas, ao converter esse bônus em valores de mercadorias, retém a nota de venda, ou seja, junta a nota do bônus à nota fiscal de venda e as retém. Vale dizer: concede um pequeno benefício à população e engana o Fisco. É evidente que, no momento em que o estabelecimento comercial retém a nota de venda, não faz a declaração devida para efeitos fiscais.

Não é só. No dia 30 de julho último, o jornal **O Globo** publicou:

A estabilidade de preços ainda não está garantida. Pelo menos é o que se conclui da última pesquisa da SUNAB em 125 supermercados do Rio, mostrando que os preços dos produtos da mesma marca ou tipo apresentam diferenças de até 312%. É o caso do café em pó (500g) encontrado por R\$1,30 até R\$ 5,36. A dispersão também é grande nas prateleiras de arroz. O tipo parabolizado varia de R\$2,45 a R\$7,50 (5kg).

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
1. José Fogaça	1. Amir Lando
2. Ronan Tito	2. Gilberto Miranda
PFL	
3. Alexandre Costa	3. Carlos Patrocínio
PPR	
4. Epitácio Cafeteira	4. Affonso Camargo
PSDB	
5. Mário Covas	5. Almir Gabriel
PT	
6. Eduardo Suplicy	
PMN	
7. Francisco Rollemberg	
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO	
1. Reinhold Stephanes	1. Jairo Carneiro
PMDB	
2. Tarcísio Delgado	2. Germano Rigotto
PPR	
3. Ricardo Izar	3. Eraldo Trindade
PSDB	
4. Geraldo Alckmin Filho	4. Antônio Faleiros

E continua o jornal a dar exemplos da exploração desenfreada.

Mais grave, talvez, é a nota que o mesmo jornal – insuspeito para fazê-la porque um jornal conservador – publica a respeito das observações formuladas pelo empresário Mário Bernardini, Diretor do Departamento de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Segundo a notícia, esse Diretor da FIESP teria declarado:

Caso a taxa real de juros fixada pelo Governo se mantenha elevada até o fim de agosto, a indústria vai passar a alta do custo financeiro aos preços dos produtos.

E adiante acrescenta:

A indústria não aguenta por mais tempo a pressão dos juros elevados. O Governo sabe disso perfeitamente. Nosso limite é o final de agosto.

Não discuto, Sr. Presidente, a elevação dos juros; provavelmente são excessivos. Necessariamente o Governo há de lutar por baixá-los. Mas o que não se admite no regime de legalidade é que o empresário ameace o Governo e a população, e fixe prazo para o Poder Executivo.

O Sr. Lourival Baptista – V. Exª concede-me um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Com muito prazer, nobre Senador Lourival Baptista.

O Sr. Lourival Baptista – Eminentíssimo Senador Josaphat Marinho, estou ouvindo V. Exª com muita atenção. V. Exª aborda um assunto muito importante. O que vemos é a ganância, é o povo sendo enganado. Os preços são exorbitantes. Compra-se uma mercadoria por um preço num dia e, no outro, o preço já está diferente. Não há mais respeito. V. Exª faz muito bem em alertar a Nação para que o Governo procure tomar providências no sentido de que esses gananciosos, esses exploradores do público não continuem agindo em detrimento dos que necessitam e que vivem honestamente labutando, trabalhando, criando seus filhos e os colocando nas escolas. Isso acontece não só com o comércio, mas também com os órgãos públicos e empresas particulares, que exorbitam nos preços, como é o caso das mensalidades escolares. V. Exª, com muita propriedade, faz um alerta à Nação. Dizem que está tudo calmo, mas isto não é verdade. Não está nada calmo. Permita-me dizer a V. Exª, Senador Josaphat Marinho – que, com sua inteligência, sua maneira de agir, sua honestidade, seu nome honra a terra onde me criei – que estamos em cima de um barril de pólvora. O povo está resistindo, mas não resistirá por muito tempo. O Governo precisa tomar providências para conter esses gananciosos, a fim de que não ganhem tanto dinheiro como têm ganho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Muito obrigado a V. Exª, nobre Senador Lourival Baptista, pelo reforço que dá às palavras que venho proferindo. V. Exª tem razão: é preciso não confiar demasiadamente na tolerância do povo, sobretudo quando o povo sofre muito.

O Sr. Ronaldo Aragão – Senador Josaphat Marinho, V. Exª me concede um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Ouço V. Exª.

O Sr. Ronaldo Aragão – Senador Josaphat Marinho, ouvi com atenção o início do pronunciamento de V. Exª, muito apropriado, em que chama a atenção do Governo e da Nação para a consequência que poderá o Plano trazer. Fico a me perguntar se apenas nós descobrimos o meio de estabelecer que na economia nacional o dólar só vale R\$0,93. Será que somente nós descobrimos isso? Há economias com moeda forte, como o iene e o marco alemão, porém somente os economistas brasileiros idealizadores

do real estabeleceram para o dólar o valor de R\$0,93. Não sei se isso vai durar muito, ou se vai durar somente até as eleições. Bastou o Ministro da Fazenda anunciar que a inflação este mês seria de 7% para que, imediatamente, esse percentual fosse repassado para os preços. Hoje, os preços já estão 7% mais caros. Sabemos que a conversão dos preços para o real foi feita pelo pico. Hoje – V. Exª sabe disto – o salário mínimo, que é de sessenta e poucos reais, não dá para comprar uma lata de tinta. E a cada dia novos aumentos são embutidos nos preços, como disse muito bem V. Exª. E isso vai continuar a ocorrer. É preciso que se chame a atenção do Governo, a fim de que ele aja com energia, porque senão esse Plano não dará certo. Não sei se essa também é a opinião de V. Exª. É preciso ajustar a economia à realidade, ou então, Senador Josaphat Marinho, terá razão quem diz que esse plano é eleito-reiro e só durará até a eleição. V. Exª está certo ao chamar a atenção do Governo e das autoridades do Ministério da Fazenda para que tomem cuidado. Já é hora de o Governo agir com mais rigor, sob pena de repetir o que aconteceu com o Plano Cruzado. Muito obrigado.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Agradeço a V. Exª a ajuda que traz ao debate. Devo dizer-lhe que, em relação ao Governo, faço-lhe justiça, reconhecendo o esforço que tem sido desenvolvido para conter o abuso do poder econômico privado. Talvez o Governo precise adotar algumas medidas mais enérgicas.

O Ministro da Fazenda tem anunciado e praticado a redução de tarifas para efeito de importação. Tem também anunciado o chamamento de empresários para conter preços. Essas medidas devem desdobrar-se, porque o poder econômico privado não tem limite na ganância; o que lhe interessa é o lucro e, quando pretende o lucro, não considera o sofrimento do povo. O Governo há de se sentir tanto mais forte para agir, quanto mais solidário é o povo com a execução das medidas relativas ao Plano. A população não correu para o consumo excessivo, não tem multiplicado compras desnecessárias. Sente-se que, de modo geral, no País, o povo conteve-se e está adquirindo o estritamente necessário, mas é preciso que o Governo persevere nas providências para dar-lhe certeza de que essas medidas vão prosseguir e que se desdobrarão em outras tantas quantas necessárias para conter e fulminar o abuso do poder econômico.

Eram essas, Sr. Presidente, as ponderações que eu queria trazer, nesta tarde, a respeito do problema, não – insisto – como crítica ao Governo, mas como advertência, para ajudá-lo a agir com a energia necessária, a serviço dos interesses do povo.

Durante o discurso do Sr. Josaphat Marinho, o Sr. Ronaldo Aragão deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Meira Filho.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA (PSDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, comemora-se, hoje, exatamente, um mês de vigência do Plano de Estabilização Econômica do Governo Federal, com a implantação da nova moeda corrente, o real.

Se buscarmos as origens de nascimento do Governo Federal de hoje, ter-se-á, necessariamente, de se fazer um exame da transição do período Collor, apeado do poder pelas circunstâncias e fatos conhecidos de todos, e dos difíceis e – diria até cruéis – obstáculos que o Presidente da República teve que enfrentar para chegar no momento que ora vive a Nação.

Poderia, sem dúvida alguma, limitar-se o Chefe da Nação à mera expectativa de produzir uma administração voltada, básica-

mente, para a transição da turbulência do Governo passado para os novos tempos que se aguarda possam brotar das eleições gerais que vão se travar em outubro próximo, com ênfase maior para o novo Presidente da República.

Ao contrário desse conceito, preferiu o Presidente Itamar Franco, na sua modéstia e simplicidade, não se reduzir ao cotidiano palaciano, para gerar, na rotina de seus compromissos diários e na criatividade do enfrentamento dos temas cruciais da vida nacional, um novo modelo que pudesse retirar o País da estagnação, do desânimo e da gigantesca inflação que nos amedronta a todos, tarefa que se impôs, com o descortino de quem conhece os problemas brasileiros e a determinação, coragem e espírito público que são o seu apanágio, para vencer os incrédulos, derrotar as cassandras do pessimismo e firmar-se como o Presidente que poderia ausentar-se de iniciativas propriamente mais clássicas de um período governamental mais longo para arrostar os desafios dos problemas mais dramáticos do País e sobre eles estudar as soluções, apresentar alternativas, recompô-las, melhorando-as, aperfeiçoando-as.

Na solidão a que às vezes se submete, nos momentos distantes da agitação da agenda, teve o Presidente Itamar Franco, para que Ministros de Estados se adaptassem aos seus objetivos e ideais de tomar a dura decisão de substituí-los para que a plataforma concebida em seu ideário não sofresse solução de continuidade.

E mais uma vez não foram poucos os que se bateram contra o seu estilo, a sua forma de agir, o seu gênio, enfim a sua personalidade.

O Sr. Lourival Baptista – Permite-me V. Ex^a um aparte, eminente Senador?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA – Perfeitamente, Senador Lourival Baptista.

O Sr. Lourival Baptista – V. Ex^a traz hoje a esta Casa um assunto muito importante e oportuno, um alerta à Nação. E faz muito bem em dizer da ação, do movimento, do desejo do eminente Presidente Itamar Franco. Conheci Sua Excelência nesta Casa, quando meu colega, Senador da República. Depois, foi levado, por motivos que todos sabemos, à Presidência da República. Homem honesto, digno, íntegro, amigo dos seus amigos, está atravessando – como toda a Nação está vendo – essa situação em que nos encontramos. Mas ele é um homem íntegro, resoluto, que deseja e procura, como um médico, os medicamentos para essa doença que assola a Nação. V. Ex^a faz muito bem em ressaltar a honestidade, o trabalho e a vontade do Presidente Itamar Franco em fazer com que o Brasil venha a viver momentos de paz e de tranquilidade. Que um dia o povo reconheça o seu trabalho e o seu desejo de que a Nação viva liberta dessa inflação desenfreada, dessa falta de respeito aos preços, assunto há poucos minutos abordado pelo eminente Senador Josaphat Marinho. E V. Ex^a faz muito bem em fazer esse pronunciamento, dizendo da vontade do eminente Presidente Itamar Franco. Solidarizo-me com as palavras de V. Ex^a. Continue nesta luta, que é o que desejamos.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA – Obrigado, nobre Senador. V. Ex^a, que conhece de perto o Presidente da República, sabe das suas intenções, do seu desejo e patriotismo. Está sendo difícil conduzir este barco, mas o Presidente da República irá sair engrandecido deste Governo pela seriedade com que tem procurado administrar este País.

Passado o momento inicial da instalação do seu Governo, quando as esperanças do povo para ele se voltavam, foi grande o prestígio a que chegou o Chefe da Nação.

Durante a fase seguinte, quando os problemas se avolumavam, o estrépito laudatório se arrefeceu e os ataques mais duros e perversos se redobram.

Contudo, não arrefeceram o ânimo do Presidente, que na sua hercúlea firmeza prosseguiu na busca de soluções mais corretas e adequadas para os nossos problemas. A nomeação do Senador Fernando Henrique Cardoso para a Fazenda obteve aplausos quase que unânimes. Mas o Presidente sabia que o novo ministro, pelo seu perfil e excelente relacionamento com a comunidade internacional, iria favorecer e consolidar as metas por ele projetadas.

Por isso, deu-lhe a liberdade de ação, permitindo-lhe a composição de sua equipe não só em seu próprio Ministério, senão também nas áreas mais diretamente ligadas à gestão de nossa economia e finanças.

Hoje o real é uma certeza.

Mas é bom frisar-se que, a par dos méritos pessoais do Senador Fernando Henrique Cardoso, houve atrás dele um Presidente que não só lhe deu a força necessária, mas administrou diuturnamente os conflitos que surgiam, as apatias de uns, as ciúmeiras de outros, mas, mais do que tudo isso, a permanente fiscalização pessoal do Presidente Itamar Franco, quer no comando das centenas de reuniões que se realizaram em seu próprio gabinete, quer nas orientações que eram expedidas e nas decisões por ele tomadas.

Nem todas as questões foram equacionadas no mundo da desorganização econômica do Brasil, que o real se propõe ajustar. A mutilação provocada pela orgia financeira, a par de gerar essa cultura perniciosa dentro do mercado, ligando inflação a lucro criminoso, exige mãos firmes para que seja debelada por completo a crise de nossa economia.

Dentre os agentes mais corrosivos da estabilização aviltada, um fator decisivo que se impõe vencer tem as suas raízes no sistema bancário brasileiro. Os juros que o Presidente Itamar quis sempre controlar, ajustando-os a patamares suportáveis, como acontece nos países organizados, são ainda um desafio a vencer. Atrás de tudo isso, montou-se, com o passar do tempo de cultura inflacionária, um cartel invisível da banca nacional, de tal sorte que este monstro não pôde ainda ser derrotado.

Há enclaves de seus comandos incrustados na própria administração pública, que se sabe que existem, mas não se consegue localizá-los.

Espera-se que ainda no Governo Itamar Franco se possa reduzir a cobrança de juros no padrão do real, ou seja, se o real não vai gerar inflação, como justificar cobrança de juros exorbitantes, verdadeira agiotagem ostensivamente exigida, com percentuais que ultrapassam a casa de 10, 12, 15, e até mais por cento?

É inexplicável e intolerável.

É bom lembrar que, quando o Presidente comandou a redução imediata de juros, houve um clamor geral contra ele, motivando editoriais, críticas contundentes e até ameaças indiretas.

Quem está atrás disso é um fantasma que pensa, age, dirige, seguramente tem pernas, órgãos, vontade, mas, acentuadamente, tem cérebro, cérebro que organiza e controla esse cartel invisível, mas que aparece toda vez que se pretende combatê-lo.

Para finalizar a obra que o real inicia, além dos juros extorsivos, volto a mencionar a reforma constitucional que urge seja feita, ajustando, depois de sua experiência de vigência, equívocos que foram cometidos e alguns conceitos hoje ultrapassados pela atualidade mundial, isto é, da economia predominantemente adotada pelos países em crescimento econômico e social.

Neste primeiro aniversário de um mês do real, por ter pertencido à equipe do Presidente Itamar Franco, com muita honra para mim, penso nos momentos difíceis de um Presidente. Particularmente da angústia, da tristeza que, em muitos momentos, o atormentam. Da vontade altiva, patriótica, escorreita, séria de querer acertar. E às vezes dá errado.

Do sofrimento, do martírio dos excessos de críticas desumanas que não constroem. De interpretações açodadas que, muito antes de se dirigirem à ação do administrador, resvalam para o campo da privacidade, ferindo o sentimento humano com estocadas que furam o coração.

Com tudo isso estoicamente tem convivido o Presidente da República.

A Presidência da República tem causado ao ser humano Itamar Franco a dor de muitas injustiças. Algumas decepções e muitas frustrações. Nem o destino traçou-lhe melhor sorte.

Nesses dois anos e pouco de poder, além da saúde e do desgaste que a emoção acarreta, ceifou-lhe dois entes muito próximos e queridos. Perdeu a querida mãe, de quem nunca se afastou, e em sua condição de viúva, foi também o seu pai.

E agora recentemente, quando se encontrava em Cartagena, na Colômbia, um infarto inexorável tirou a vida de seu sobrinho Ariosto, que nos seus 37 anos de idade, era entusiasmo puro de viver a vida, que dividia com o seu tio o vazio das calmarias e as emoções do Planalto e do Alvorada.

A obra de Itamar Franco será avaliada no momento certo. Vai encerrar o seu mandato, que poderia ter sido de mera rotina, com grandes realizações. Mas, sem dúvida, a arrumação da casa para o novo Presidente estará pronta, sem algazaras, sem **marketing**, sem ostentação, com a modéstia do mineiro pacato e humilde, um interiorano amante do torresmo e do pão de queijo. Já antecipando a chegada do novo presidente, retirou-se do Alvorada exatamente para facilitar quem for eleito. Nos poucos meses que lhe restam, estará acompanhando, minuto a minuto, as realizações do seu Governo.

Creio que o seu sonho se concretizará. Não vai deixar o Governo sem melhorar os vencimentos e soldos dos servidores civis e militares, sem deixar de aumentar o salário do trabalhador. E vai deixar as bases de um programa que se transformará, um dia, na obra do século, isto é, levar as águas do São Francisco para o Nordeste.

O Sr. Meira Filho – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA – Senador Meira Filho, V. Ex^a tem a palavra.

O Sr. Meira Filho – Estou acompanhando a análise que V. Ex^a faz do Governo do Presidente Itamar Franco, numa demonstração da sua lealdade como auxiliar que foi e continua sendo de Sua Excelência. Eu queria apenas aduzir ao que V. Ex^a está dizendo o apoio maciço que o Plano está recebendo por parte da população brasileira. Ontem, debrucei-me sobre os jornais e vi a pesquisa da **DataFolha**, completa, corretíssima, falando sobre a aprovação do Plano. Em São Paulo, que é um país dentro do nosso País, 72% aprovam o Plano Real. No Rio de Janeiro, talvez por influência da campanha contrária do Governador Brizola, a pesquisa marca 64% de aprovação do povo carioca; em Minas Gerais, 75%; no Rio Grande do Sul, 70%. O povo está sentindo que o objetivo do Plano é reconduzir a economia brasileira para o caminho certo. Tenho acompanhado com o mais vivo interesse. É evidente que a ganância ainda há de parar. Não é possível que essa falta de respeito ao esforço de um Governo e ao desejo de um povo não seja estancada. Creio, perfeitamente, que com a atuação deste apóstolo da economia, que é o Ministro Ricupero, haveremos de chegar ao ponto da tranquilidade para a economia brasileira. Aliás, os **experts** já estão prevendo para este mês duas quedas importantes: a da inflação e, conseqüentemente a queda dos juros. Espero em Deus que o término do Governo Itamar Franco seja coroado por esse objetivo de se conseguir a estabilização da economia brasileira, o que virá, sem dúvida, trazer para o nosso País o benefício do investimento e do trabalho para tantos de que dele necessitam. Pa-

rábels a V. Ex^a pela análise perfeita que faz sobre o Plano Real, que V. Ex^a tem acompanhado com bastante conhecimento de causa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA – O aparte de V. Ex^a, Senador Meira Filho, foi extremamente oportuno. A resposta da sociedade brasileira ao Plano tem sido a melhor possível, graças exatamente a essa fiscalização.

O Sr. Meira Filho – Senador Maurício Corrêa, permita-me ainda. Há um aspecto que merece ser enfocado nesta hora, qual seja, o da compreensão e espírito público da imprensa escrita, falada e televisada, que está acompanhando, interessando-se e dando um enorme respaldo ao Plano Real e, conseqüentemente, ao Presidente Itamar.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA – V. Ex^a tem toda razão. Além da resposta da sociedade, sobretudo das donas de casa, está havendo uma compreensão muito nítida, clara, da imprensa brasileira, noticiando todo dia os abusos de preços.

No que tange especificamente ao aumento abusivo de preços, o Governo tem feito o possível. Há hoje a Lei Antitruste, que está sendo posta em prática. Os resultados são um pouco lentos, porque não pode haver nenhuma prisão sem a autorização do Poder Judiciário. Às vezes, as pessoas exigem providências imediatas, mas se esquecem de que quem tem autoridade no Brasil para prender é o juiz, através de promoção do Ministério Público.

Nobre Senador Meira Filho, o aparte de V. Ex^a engrandece esta rápida análise, feita no sentido de se comemorar o primeiro mês do Plano Real.

As pesquisas de opinião pública dão ao Presidente Itamar Franco 79% de aceitação do seu trabalho. Sem dúvida que é a primeira resposta de um trabalho, de um servidor público exemplar, com os olhos voltados para os que sofrem, lutam e para aqueles que são injustiçados, abandonados, omitidos.

É a primeira compensação de quem está cumprindo o seu dever com patriotismo e coragem, isto é, de quem nasceu para servir.

Muito obrigado. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Maurício Corrêa, o Sr. Meira Filho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ronaldo Aragão.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Aragão) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, volto a tratar de uma questão relativa à nossa política industrial: o aproveitamento do coco.

Enganam-se aqueles que pensam poder aproveitar-se do coco tão somente a água, a castanha e, em alguns casos, a casca para alimentar o fogo de caldeiras. Também a fibra, produto da transformação daquela casca grossa que protege o coco propriamente dito, tem um papel importante na indústria, inclusive na produção de automóveis, sendo utilizada na fabricação de bancos e estofados. Esse material, em associação com o látex proporciona um composto chamado de crina-látex, muito resistente, firme e moldável, bem apropriado às características dos assentos e encostos dos veículos.

A nossa indústria automobilística sempre utilizou, em seus carros, bancos em que a fibra do coco era fartamente usada. A partir do governo Figueiredo, entretanto, um flanco foi aberto entre essas indústrias, ao se permitir que a General Motors importasse uma unidade industrial completa para a produção de assentos de espuma de poliuretano. A seu reboque, outras montadoras aderiram à espuma e, em conseqüência, a crise se instalou no setor de

transformação do coco: dez empresas, todas instaladas no Nordeste, a região mais pobre do País, encerram as suas atividades; as oito que ainda permanecem em funcionamento operam com apenas quarenta por cento da capacidade produtiva instalada.

De acordo com a ABRACOCO – Associação Brasileira da Agroindústria do Coco, no Brasil, apenas a Volkswagen e a Mercedes-Benz utilizam assentos de crina-látex em alguns de seus veículos, sendo que, na Volkswagen, a tendência é substituí-la por espuma nos próximos dias. Alegam as montadoras que a escolha da espuma de poliuretano se deve ao fato de ter o seu preço inferior ao da crina-látex em cerca de dezoito por cento. Infelizmente, isso é verdade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, se, no processo produtivo, for utilizada a borracha nacional. Todavia, se se utilizar o látex importado, o preço final do composto crina-látex fica doze por cento inferior ao da espuma.

Pelo que se pode ver, o nó da questão encontra-se no processo produtivo da borracha brasileira, sendo a conclusão, nesse particular, clara e objetiva: a nossa borracha é mais cara e de pior qualidade, porque os seringalistas foram aqui deixados à própria sorte: não têm incentivos, não têm financiamentos, o processo extrativo do látex é rudimentar, não há pesquisas para tornar o processo produtivo mais racional e para aumentar a produtividade.

Apesar disso tudo, o Brasil ainda disporia de condições de preço e qualidade para exportar moldados em crina-látex. A Alemanha, de acordo com a mesma ABRACOCO, tem interesse em adquirir o crina-látex nacional. Não o faz por uma simples razão: os fretes internacionais encarecem de tal forma o nosso produto que deixa ela de ser competitivo no mercado internacional.

Quais seriam, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, as vantagens de se utilizar a crina-látex nos estofados dos nossos veículos?

São elas várias e, a meu ver, determinantes para que esse uso fosse imediatamente adotado por todas as montadoras. No que tange, por exemplo, ao conforto e à segurança, enquanto no assento de espuma o tempo de tolerância da pele a uma temperatura de 35,5°C é de 55 minutos, no de fibra de coco, esse tempo sobe para 137 minutos. Quanto à aeração, o assento de crina-látex é superior ao de espuma por reter menor calor e ser melhor isolante térmico, o que proporciona maior bem-estar ao motorista.

O fato mais auspicioso, no tocante à crina-látex, é que ela atende perfeitamente às exigências modernas de utilização de materiais naturais, recicláveis e biodegradáveis, o que não acontece com a espuma de poliuretano, derivada do petróleo e poluente, por não se degradar facilmente na natureza. Além disso, a fibra de coco, em combinação com o látex, forma um composto antichamas, bem adequado à prevenção da propagação do fogo em caso de colisões.

No que concerne à mão-de-obra, o composto de fibra de coco leva também uma grande vantagem sobre a espuma. Enquanto naquela utiliza-se apenas um. Num tempo de desemprego alto, como aquele pelo qual passamos, essa é uma variante altamente auspiciosa que precisa ser levada em conta. A expectativa da ABRACOCO é de que, com a reativação do setor, sejam criados cerca de dois mil e seiscentos novos empregos diretos, só no processo de manufatura, inclusive gerando a implantação de dez empresas no Nordeste, para beneficiamento do coco.

À vista de todos esses argumentos, algumas conclusões se impõem: o Governo, através do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, dirigido lucidamente pelo nosso colega Ministro Elcio Alvares, precisa fixar políticas com relação ao assunto, inclusive recomendando às montadoras de automóveis para que voltem a usar a crina-látex nos bancos dos veículos nacionais, para maior conforto e segurança dos usuários de automó-

veis e como forma de inserir a nossa indústria na tendência mundial de veículos recicláveis e ecologicamente corretos.

Como a barreira interposta por essas empresas é o preço, a ação governamental precisa acontecer em dois níveis: num primeiro, permitindo que se utilize – inicialmente – na fabricação do composto de crina-látex, a borracha importada; num outro, criando condições para que o processo de produção da borracha, no âmbito interno, se torne mais eficiente, melhorando a qualidade, aumentando a produtividade e reduzindo os preços. Assim, com o tempo, o látex extraído nos nossos seringais passaria a ocupar o lugar do látex importado, até que todas as nossas necessidades fossem supridas.

Por último, para que as empresas nacionais possam exportar com mais facilidade, é preciso que o Ministério da Fazenda e outras autoridades ligadas à exportação gestionem junto à Conferência Internacional de Fretes preços ao menos equivalentes àqueles praticados do Oriente para a Europa e para a América do Norte para os produtos do coco e seus manufaturados, já que as características desses fretes se assemelham.

Tenho certeza, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, de que a indústria automobilística brasileira, seguindo o exemplo da indústria automobilística européia, aderirá a essa nova tendência de se utilizarem, nos veículos, componentes recicláveis e naturais. E por que, então não tomar logo essa decisão, antes que esse segmento industrial se esfale entre nós? Esperamos, pois, que o Governo aja rapidamente e com todo o seu empenho, para que o nosso País seja, o mais rápido possível, inserido nessa nova tendência mundial de aproveitar adequadamente os recursos naturais e de utilizar, com frequência cada vez mais na indústria, matérias-primas reaproveitáveis.

Este é o nosso apelo, certo de que através dessas providências se contribuirá para o desenvolvimento do País, gerando-se mais emprego, especialmente no Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Aragão) – A Presidência dispensa, na presente sessão, o período destinado à Ordem do Dia, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

Na presente sessão terminou o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1994 (nº 2.777/92, na Casa de origem), que **acrescenta parágrafos ao art. 133 da Consolidação das Leis do Trabalho**; e

– Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1994 (nº 2.581/92, na Casa de origem), que **revoga artigos do Título V da Consolidação das Leis do Trabalho – CL**, que tratam da organização sindical.

Os projetos não receberam emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Aragão) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 1993 (INCLUÍDO EM ORDEM DO DIA NOS TERMOS DO ART. 375, VIII, DO REGIMENTO INTERNO)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1993 (nº 250/93 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Independente Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de **Educação**:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Áureo Mello, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 2 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 45, de 1993
(INCLUÍDO EM ORDEM DO DIA NOS TERMOS DO
ART. 375, VIII, DO REGIMENTO INTERNO)**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1993 (nº 253/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Capinzal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Capinzal, Estado de Santa Catarina, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de **Educação**.

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 3 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 1993
(INCLUÍDO EM ORDEM DO DIA, NOS TERMOS DO
ART. 375, VIII, DO REGIMENTO INTERNO)**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1993 (nº 248/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Fraternidade Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Araras, Estado de São Paulo, tendo

Parecer, proferido em Plenário, em substituição à Comissão de **Educação**:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Álvaro Pacheco, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 4 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1993
(INCLUÍDO EM ORDEM DO DIA, NOS TERMOS DO
ART. 375, VIII, DO REGIMENTO INTERNO)**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1993 (nº 264/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Jornal do Brasil Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, Relator: Senador Áureo Mello, em substituição à Comissão de **Educação**.

– 1º pronunciamento: favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 5 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 1993
(INCLUÍDO EM ORDEM DO DIA NOS TERMOS DO
ART. 375, VIII, DO REGIMENTO INTERNO)**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1993 (nº 273/93, na Câmara dos Deputados), que aprova

o ato que renova a permissão da Rádio Litoral Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de **Educação**.

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 6 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 1993
(INCLUÍDO EM ORDEM DO DIA, NOS TERMOS DO
ART. 375, VIII, DO REGIMENTO INTERNO)**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1993 (nº 246/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Grande Lago Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Santa Helena, Estado do Paraná, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de **Educação**.

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Affonso Camargo, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 7 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 1993
(INCLUÍDO EM ORDEM DO DIA NOS TERMOS DO
ART. 375, VIII, DO REGIMENTO INTERNO)**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 1993 (nº 267/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Paquetá Empreendimentos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Floriano, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Ney Maranhão, em substituição à Comissão de **Educação**.

– 8 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 1994
(INCLUÍDO EM ORDEM DO DIA NOS TERMOS DO
ART. 375, VIII, DO REGIMENTO INTERNO)**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1994 (nº 308/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Cultura de Timbó Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de **Educação**.

– 9 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1994
(INCLUÍDO EM ORDEM DO DIA NOS TERMOS DO
ART. 375, VIII, DO REGIMENTO INTERNO)**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1994 (nº 301/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Tapajós Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Santarém, Estado do Pará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 10 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1994 (nº 297/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Pe. Urbano Thiesen para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na Cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 1º **pronunciamento**: Relator: Senador João França, favorável ao projeto;

- 2º **pronunciamento**: Relator: Senador Meira Filho, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

- 11 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1994 (nº 265/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à S/A Rádio Verdes Mares, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 12 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1994 (nº 319/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Cruzeiro do Sul, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de **Educação**:

- 1º **pronunciamento**: favorável ao projeto;

- 2º **pronunciamento**: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

- 13 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1994 (nº 252/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Araguaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 14 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo

nº 19, de 1994 (nº 254/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Tocantins Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Anápolis, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 15 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 1994
(EM REGIME DE URGÊNCIA, NOS TERMOS DO
ART. 375, VIII, DO REGIMENTO INTERNO)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1994 (nº 327/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Montanhês de Botelhos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Botelhos, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Henrique Almeida, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 16 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 1994
(Em regime de urgência, nos termos do
art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1994 (nº 328/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Lucídio Portela, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 17 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 64, DE 1993
(EM REGIME DE URGÊNCIA, NOS TERMOS DO
ART. 375, VIII, DO REGIMENTO INTERNO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 1993 (nº 275/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Emissora Paranaense S/A, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na Cidade de Londrina, Estado do Paraná. Dependendo de parecer da Comissão de **Educação**.

- 18 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 1994
(EM REGIME DE URGÊNCIA, NOS TERMOS DO
ART. 336, B, DO REGIMENTO INTERNO)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1994 (nº 2.248/91, na Casa de origem), que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro, tendo

Pareceres

- sob nº 132, de 1994, da Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável ao Projeto com Emendas nºs 1 e 2 - CCJ, de redação, que apresenta;

- de Plenário, Relator: Senador Magno Bacelar, em substituição à Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania**, pela rejeição das Emendas nºs 3 a 26, de Plenário.

- 19 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112 DE 1994
(EM REGIME DE URGÊNCIA, NOS TERMOS DO
art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1994 (nº 4.268/94, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências. Dependendo de Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.

- 20 -

OFÍCIO Nº S/56, DE 1994
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Ofício nº S/56, de 1994, através do qual a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro solicita autorização do Senado para emitir Letras Financeiras daquele Município, destinadas ao giro da dívida mobiliária daquela Prefeitura. Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.

- 21 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 1991 - COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1991 - Complementar, de autoria do Senador Mansueto de Lavor, que regulamenta o § 3º do art. 192 da Constituição Federal, que dispõe sobre a cobrança de juros reais máximos, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Ney Maranhão, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Aragão) - Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 58 minutos.)

ATOS DO PRESIDENTE

ATO DO PRESIDENTE Nº 273, DE 1994

O Presidente do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 1990, resolve designar ALEXANDRE BASTOS DE MELO, Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico do Processo Legislativo, Especialidade Orçamento Público, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para substituir o Senhor Consultor-Geral do Senado Federal, símbolo FC-9, nos seus impedimentos eventuais.

Senado Federal, 27 de julho de 1994. - Senador **Júlio Campos**, Presidente, em exercício.

ATO DO PRESIDENTE Nº 274, DE 1994

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0874/94-9, resolve aposentar, por invalidez, OSMAR OSCAR MACHADO, matrícula 1899, Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, Nível II, Classe Especial, Padrão IV/M23, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal - CEGRAF, nos termos do art. 40, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o artigo 186, inciso I, parágrafo 1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e artigos 1º da Resolução S.F nº 59, de 1991 e 36, incisos I e III, § 4º, da Resolução S.F nº 51, de 1993.

Senado Federal, 28 de julho de 1994. - Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 275, DE 1994

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e de acordo com o que consta do Processo nº 012.817/94-5, resolve exonerar, a pedido, MÔNICA SILVA DA CUNHA do cargo de Técnico Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Enfermagem, Nível II, Padrão 22, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, a partir de 22 de julho de 1994.

Senado Federal, 29 de julho de 1994. - Senador **Júlio Campos**, Presidente, em exercício.

ATO DO PRESIDENTE Nº 276, DE 1994

O Presidente do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 012.590/94-0, resolve designar JOÃO HÉLIO CARVALHO ROCHA, Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para substituir o Diretor da Subsecretaria de Edições Técnicas, símbolo FC-9, no período de 1º-9-94 a 30-9-94, durante o afastamento do titular, em gozo de férias.

Senado Federal, 29 de julho de 1994. - Senador **Júlio Campos**, Presidente, em exercício.

ATO DO PRESIDENTE Nº 277, DE 1994

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 011.737/94-8, resolve aposentar, voluntariamente, MARLY CERQUEIRA CARNEIRO, Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea a, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com a Resolução nº 77, de 1992, e os artigos 34, § 2º, 37 e 41, da Resolução (SF) nº 42, de 1993, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 29 de julho de 1994. - Senador **Júlio Campos**, Presidente, em exercício.

ATO DO PRESIDENTE Nº 278, DE 1994

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 012.368/94-6, resolve aposentar, voluntariamente, o servidor LUIZ CARLOS MENEZES MUNIZ, Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea a, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com os artigos 34, § 2º, 37 e 41, da Resolução (SF) nº 42, de 1993, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 29 de julho de 1994. - Senador **Júlio Campos**, Presidente, em exercício.

ATO DO PRESIDENTE Nº 279, DE 1994

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora

nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 012.006/94-7, resolve aposentar, voluntariamente, o servidor FRANCISCO SOARES MARTINS, Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea a, 193, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com os artigos 34, § 2º, e 37, da Resolução (SF) nº 42, de 1993, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 29 de julho de 1994. – Senador **Júlio Campos**, Presidente, em exercício.

ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO Nº 3, DE 1994

O Primeiro Secretário do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, resolve:

Art. 1º Fica criada uma Comissão Especial, presidida pelo servidor JOÃO ORLANDO BARBOSA GONÇALVES e integrada pelos servidores AGACIEL DA SILVA MAIA, WILMA COSTA FERREIRA, GLÓRIA MARIA RIBEIRO PINTO DE ALMEIDA, MARIA HELENA RUY FERREIRA E SILVANA LÚCIA RIOS SAFE DE MATOS, a fim de elaborar roteiro, texto, editoração e impressão de Guia do Senado Federal, a ser produzido nas oficinas do CEGRAF.

Art. 2º A Comissão terá até o dia 31 de outubro de 1994 para a apresentação do Guia concluído.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 29 de julho de 1994. – Senador **Júlio Campos**, Primeiro Secretário.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 97, DE 1994

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o disposto no artigo 2º, do Ato nº 9, de 1992, do Primeiro Secretário, resolve:

Art. 1º Designar os servidores GERSON VALENTIM (matrícula 3441) e ROGÉRIO BRAGA DE FIGUEIREDO (matrícula 3432) gestores, titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 36, de 1994, celebrado entre o Senado Federal e a Matel – Tecnologia de Teleinformática S/A – MATEC, "para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, durante o exercício de 1994, em uma central telefônica, marca Ericsson/MATEC, instalada na residência oficial da Presidência do Senado Federal".

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 26 de julho de 1994. – **Manuel Vilela de Magalhães**, Diretor-Geral.

ORDEM DE SERVIÇO DO DIRETOR-GERAL

Nº 1, DE 1994

Delegação de Competência

O Diretor-Geral do Senado Federal, autorizado pelo Ato nº 112, de 1985, do Presidente do Senado Federal, resolve delegar ao Diretor da Subsecretaria de Administração Financeira competência para assinar Notas de Empenho relativas às despesas previamente autorizadas pela Diretoria-Geral.

Senado Federal, 29 de julho de 1994. – **Manoel Vilela de Magalhães**, Diretor-Geral.

MESA**Presidente**

Humberto Lucena _ PMDB _ PB

1° Vice-Presidente

Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI

2° Vice-Presidente

Levy Dias _ PTB _ MS

1° Secretário

Júlio Campos _ PFL _ MT

2° Secretário

Nabor Júnior _ PMDB _ AC

3° Secretário

Júnia Marise _ PRN _ MG

4° Secretário

Nelson Wedekin _ PDT _ SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia _ PDT _ RN

Lucídio Portella _ PDS _ PI

Beni Veras _ PSDB _ CE

Carlos Patrocínio _ PFL _ TO

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça Ronaldo

Aragão Mansueto de Lavor

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Mário Covas

Vice-Líder

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Marco Maciel

Vice-Líderes

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Jonas Pinheiro

Vice-Líder

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN**Líder**

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PPR**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Affonso Camargo

Esperidião Amim

Moisés Abrão

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA _ CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva

Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	SP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72

PSDB

Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

PTB

Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36

PDT

Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
-------------	------------	--------------	------------

PDC

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
--------------------	------------	---------------	------------

PDS

Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
-----------------	------------	-------------------	------------

PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68
----------------	------------	-------------	------------

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes _ Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa

Anexo das Comissões _ Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Beni Veras

Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34

Márcio Lacerda
Vago

MT-3029

Vago
Vago

PFL

Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

PTB

Mariuce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliviera	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81

PDT

Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
----------------	------------	----------------	------------

PRN

Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

PDC

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
--------------------	------------	--------------	------------

PDS

Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
------------------	------------	-------------------	------------

PSB / PT

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22
----------------	------------	-------------	------------

Secretário: Luiz Cláudio/Vera Lúcia

Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341

Sala de reuniões: 3652

Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.

Sala nº 09 _ Ala Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares

Suplentes

PMDB

Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15

PFL

Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-320/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

PSDB

Beni Veras	CE-3242/43/44	Almir Gabriel	PA-3145/47
José Richa	PR-3163/64	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

PTB

Afonso Camargo	PR-3062/63	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Valmir Campelo	DF-3188/89/4061	Luiz A. Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RO-4062/63

PDT

Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

PRN

Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-4215/18
Ney Maranhão	PE-3101/02	Aureo Mello	AM-3091/92

PDC

Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04
--------------	-----------------	---------------	------------

PDS

Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
-----------------	------------	-------------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90
-------------	------------	-------------------	------------

PT/PSB

Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25
-----------------	------------	------------------	---------

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho

Ramais: 311-3515/3516/4354/3341

Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 4344

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL _ CRE

(19 Titulares e 19 Suplentes)
Presidente: Alfredo Campos
Vice-Presidente: Hydekél Freitas

Titulares

Suplentes

PMDB

Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Divaldo Suruagy	AL-3185/86	Mansueto de Lavor	PE-3182/83
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RR-3064/65

PFL

Guilherme Palmeira	AL-3245/46	Francisco Rollemberg	SE-3032/34
Hydekél Freitas	RS-3064/65	Josaphat Marinho	BA-3173/74
Lourival Baptista	SE-3027/28	Raimundo Lira	PB-3200/3201
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Marco Maciel	PE-3197/98

PSDB

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Eva Blay	SP-3119/20

PTB

Luiz A. Oliveira	PR-4058/59	Valmir Campelo	DF-3188/89
Marluce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215
---------------	------------	----------------	--------------

PDC

Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
---------------	------------	--------------------	------------

PP

Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
----------------------	-----------	----------------	-----------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56
-------------------	------------	------------------	------------

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos

Ramais: 3496 e 3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3546

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA _ CI

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Dário Pereira
Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares

Suplentes

PMDB

Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3110/11
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Juvêncio Dias	PA-3050/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Antonio Mariz	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3029/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Vago	

PFL

Dário Pereira	RN/3098/99	Raimundo Lira	PB-3201/02
Henrique Almeida	AP-3191/92	João Rocha	TO-4071/72
Elcio Alvares	ES-3131/32	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Bello Parga	MA-3069/72	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Hydekél Freitas	RJ-3082/83	Vago	

PSDB

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Beni Veras	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Vago	

PTB

Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Afonso Camargo	PR-3062/63
Marluce Pinto	RR-4062/63	Vago	

PDT

Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
----------------	------------	---------------	------------

PRN

Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56
----------------	------------	---------------	------------

PDC

Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37
---------------	------------	--------------	------------

PDS

Lucídio Portella	PI-3055/56	Esperidião Amin	SC-4206/07
------------------	------------	-----------------	------------

PP

João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22
-------------	------------	-------------	------------

Secretário: Celson Parente _ Ramais 3515 e 3516

Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO _ CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
 Presidente: Valmir Campelo
 Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares**Suplentes****PMDB**

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Bello Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RR-4062/63
Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	--------------------	------------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	-----------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

PT/PSB

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

Secretária: Mônica Aguiar Inocente
Ramais: 3496/3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 3121

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
do SENADO FEDERAL

Novas publicações

ELABORANDO A CONSTITUIÇÃO NACIONAL

Edição fac-similar da obra *Elaborando a Constituição Nacional*, de José Affonso Mendonça de Azevedo: atas da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto Constitucional de 1932/1933.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Descrição dos acervos da Assembléia Nacional Constituinte de 1987.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 94

Edição comentada da legislação eleitoral.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

Edição de textos legais, atualizados.

Outros títulos

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 119 — 120

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL QUADRO COMPARATIVO

Texto de 1988 comparado às Constituições de 1946 e 1967 e à Emenda Constitucional n.º 1, de 1969.

CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS — 1989 5 volumes.

Textos das Constituições estaduais promulgadas em 1989; índice comparativo.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

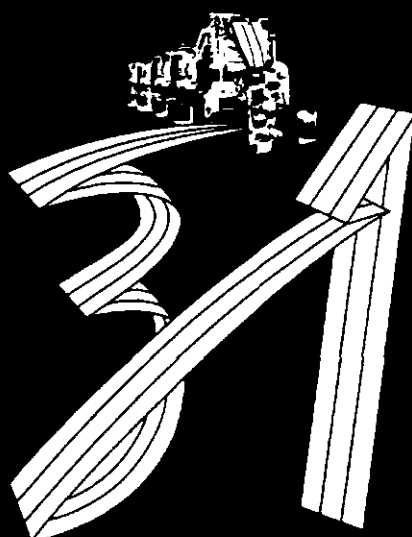
Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 — Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex:

(061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

**CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL**



A N O S
1963 1994

**IMPRIMINDO A HISTÓRIA
DO CONGRESSO NACIONAL**

EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS